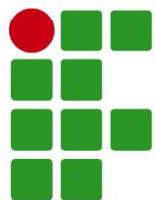


2025



INSTITUTO FEDERAL
Alagoas



MENSAGEM DO REITOR

A apresentação do Relatório de Gestão Integrado 2025 do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) reafirma o compromisso com a transparência, a adequada aplicação dos recursos públicos e a prestação de contas à sociedade.

O documento reúne, de forma organizada, as principais ações desenvolvidas ao longo do exercício, bem como os resultados alcançados em relação aos objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional. Trata-se de um instrumento que permite compreender como o planejamento institucional se materializa em entregas concretas para a sociedade.

Ao longo de 2025, o Ifal deu continuidade à oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, com avanços em áreas essenciais como ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, infraestrutura, tecnologia e gestão. Nesse contexto, destacam-se o fortalecimento das políticas de permanência e êxito dos estudantes, a ampliação das ações de assistência estudantil e os investimentos voltados à melhoria das condições físicas e tecnológicas das unidades.

Registra-se, ainda, a evolução na execução do planejamento estratégico, com o acompanhamento sistemático dos indicadores do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como o aprimoramento das práticas de governança, gestão de riscos e controles internos, contribuindo para maior consistência na tomada de decisões e no acompanhamento das ações institucionais.

Os resultados apresentados evidenciam a atuação integrada das diversas unidades e equipes do Ifal, demonstrando a capacidade institucional de planejar, executar e avaliar suas ações de forma coordenada.

A atuação do Instituto permanece orientada pela promoção de oportunidades por meio da educação, com atenção ao desenvolvimento humano, à inclusão e ao cuidado com a saúde



dos servidores e com transformação da vida dos estudantes. Esse direcionamento reforça o papel do Ifal como agente de transformação social, especialmente em um contexto que exige políticas públicas voltadas à redução das desigualdades.

Nesse sentido, a instituição segue comprometida com a geração de valor público, entendida como a capacidade de converter recursos públicos em benefícios concretos para a sociedade, por meio da formação de cidadãos, da qualificação profissional e do fortalecimento do desenvolvimento regional.

Declaro, para os devidos fins, que as informações apresentadas neste documento refletem, de forma fidedigna, a atuação institucional no exercício de 2025, tendo sido elaboradas com base em dados oficiais e validadas pelas áreas responsáveis, sob a supervisão da Reitoria.

Este relatório convida o leitor a conhecer, de forma transparente e acessível, os principais resultados alcançados e os desafios institucionais.

Maceió, 23 de março de 2026.

Professor Carlos Guedes

Reitor do Instituto Federal de Alagoas

ROL DE RESPONSÁVEIS

REITOR

Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Gilberto da Cruz Gouveia Neto

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Carolina Mendonça Duarte

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS- GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Eunice Palmeira da Silva

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Heverton Lima de Andrade

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES

Alexandre Bonfim Barros

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PIRANHAS

Antônio Iatanilton Damasceno de França

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MACEIÓ

Givaldo Oliveira dos Santos

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS RIO LARGO

Édel Alexandre Silva Pontes

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MARECHAL DEODORO

Éder Júnior Cruz de Souza

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ARAPIRACA

Augusto César Lúcio de Oliveira

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PENEDO

Felipe Thiago Caldeira de Souza

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SANTANA DO IPANEMA

José Thales Pantaleão Ferreira

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CORURIBE

José Roberto Alves de Araújo

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS BATALHA

Magno Luiz de Abreu

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Roberto Fernandes da Conceição

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MURICI

Rodrigo Oliveira Ferreira da Silva

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS MARAGOGI

Sandra Maria Patriota Ferraz

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Talita Maria Gomes de Moraes

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS SATUBA

Uilliane Faustino de Lima

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VIÇOSA

Valdomiro Odilon Pereira

Expediente baseado no rol de responsáveis do IFAL em 2025, conforme a Instrução Normativa TCU nº 84/2020

Sobre o Relatório de Gestão Integrado 2025

O Relatório de Gestão Integrado 2025 do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) representa o compromisso institucional com a transparência, a adequada aplicação dos recursos públicos e a prestação de contas à sociedade. Sua elaboração decorre do dever constitucional de demonstrar, de forma clara e acessível, como a atuação institucional se organiza, como os recursos são utilizados e quais resultados são entregues à população, com foco na geração de valor público.

Alinhado às diretrizes do Tribunal de Contas da União, especialmente à Instrução Normativa TCU nº 84/2020, o relatório adota uma abordagem estruturada, integrada e orientada à compreensão do cidadão. O objetivo é apresentar, de maneira objetiva, as principais ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2025, evidenciando os resultados alcançados e os meios utilizados para sua realização.

O documento foi organizado em capítulos, de modo a facilitar a leitura e a interpretação das informações. Inicialmente, são apresentados os aspectos institucionais, que situam o Ifal no contexto da administração pública federal e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em seguida, são descritas as práticas de governança, gestão de riscos e controles internos adotadas pela instituição.

Na sequência, são apresentados os resultados da gestão, com base nos objetivos e indicadores definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), permitindo avaliar o desempenho institucional ao longo do período. Nesse contexto, evidencia-se a relação entre planejamento, execução e resultados,

demonstrando como os objetivos estratégicos se desdobram em ações concretas e mensuráveis.

Por fim, o relatório detalha as informações orçamentárias e financeiras, evidenciando como os recursos públicos foram planejados e executados para viabilizar as ações desenvolvidas e gerar resultados para a sociedade.

A construção deste relatório envolveu a participação das diversas unidades administrativas e acadêmicas do Ifal, responsáveis pelo fornecimento e validação das informações. Os dados apresentados foram consolidados de forma a assegurar consistência, confiabilidade e comparabilidade, permitindo a análise da atuação institucional ao longo do tempo.

Em relação ao exercício anterior, o relatório apresenta avanços na organização e na integração das informações, com destaque para o fortalecimento da articulação entre planejamento estratégico, governança institucional e monitoramento de resultados. Destacam-se, ainda, a organização das informações por objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o aprimoramento da análise dos resultados alcançados, contribuindo para maior clareza na prestação de contas.

Em atenção às diretrizes de linguagem simples, o documento foi elaborado com foco na clareza e na objetividade, buscando ampliar o acesso à informação e facilitar sua compreensão por diferentes públicos, independentemente de formação técnica. Essa abordagem contribui para fortalecer o controle social e ampliar a transparência da gestão pública.

Este relatório se apresenta, portanto, como um instrumento de transparência, governança e prestação de contas, contribuindo para o aprimoramento contínuo da gestão e para o fortalecimento da confiança entre a instituição e a sociedade.

SUMÁRIO

1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL	1
1.1 Identidade Organizacional	1
1.2 Estrutura administrativa	3
1.3 Planejamento estratégico e monitoramento institucional	5
1.4 Perfil Institucional e Público Atendido	7
1.5 Ambiente Externo e Fatores que Influenciam a Atuação Institucional	9
2. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	10
2.1 Modelo de Governança do IFAL	12
2.2 Gestão de Riscos Institucionais	13
2.3 Controles Internos Administrativos	16
2.4 Auditoria Interna e Recomendações de Órgãos de Controle	17
2.5 Integridade, transparência e prestação de contas	20
2.5.1 Corregedoria	22
2.5.2 Ouvidoria e Acesso à Informação	26
2.5.3 Comissão de Ética	29
3 — RESULTADOS ESTRATÉGICOS	31
3.1 Resultados por Objetivo Estratégico do PDI	31
3.2 Avaliação Institucional (CPA)	38
3.3 Ensino (Educação Básica, Profissional e Superior)	39
3.4 Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	41
3.5 Extensão e Relações Institucionais	43
3.6 Assistência Estudantil e Permanência	46
3.7 Gestão de Pessoas	48
3.8 Infraestrutura, Tecnologia da Informação e Sustentabilidade	51
3.9 Comunicação Institucional	55
3.10 Síntese dos Principais Avanços, Desafios e Perspectivas	57

4 — INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS	58
4.1 Planejamento Orçamentário e Fontes de Recursos.....	58
4.2 Execução orçamentária e financeira.....	60
4.3 Indicadores de Eficiência no Uso de Recursos	62
4.4 Convênios, Termos de Execução e Parcerias.....	65
4.5 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura Física	68

1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

1.1 Identidade Organizacional

A identidade organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas — Ifal — reúne os princípios que orientam sua atuação institucional e definem o papel da instituição na sociedade. Esses princípios estão estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028 e servem como referência para o planejamento, a gestão e a avaliação das ações desenvolvidas pela instituição.

A missão, a visão de futuro e os valores institucionais orientam as decisões acadêmicas e administrativas do Ifal, ajudam a definir as prioridades institucionais e fortalecem o compromisso da instituição com a educação pública e com o desenvolvimento social.

Síntese institucional

O Ifal é uma instituição pública federal dedicada à oferta de educação profissional, científica, tecnológica, gratuita e de qualidade. Sua atuação integra ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação integral dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento social, científico e econômico do estado de Alagoas.

Com presença em diferentes regiões do estado, a instituição amplia o acesso da população à educação pública federal e fortalece seu papel como agente de desenvolvimento regional.

Informações institucionais

A seguir são apresentadas algumas informações básicas que caracterizam o Ifal no contexto da administração pública federal e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Razão social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

CNPJ: 10.825.373/0001-55

Natureza jurídica: Autarquia federal

Vinculação: Ministério da Educação (MEC)

Criação: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Origem institucional: Integração do CEFET-AL e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba

Rede institucional: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Sede da Reitoria: Maceió – AL

Endereço da Reitoria: Rua Odilon Vasconcelos, 103, Maceió (AL), 57035-660

Sítio eletrônico: www.ifal.edu.br

Missão e visão institucional

A missão institucional expressa o propósito fundamental do Ifal e define sua contribuição para a sociedade. Ela orienta a atuação da instituição e direciona o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A visão institucional indica a posição que a instituição pretende alcançar no futuro e orienta o direcionamento estratégico das ações institucionais ao longo do período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Missão e Visão Institucional do Ifal (PDI 2024–2028)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028 é o documento norteador que define a identidade, os objetivos e as metas do Ifal. Ele reafirma o compromisso da instituição com a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.



Missão

Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.



Visão

Ser uma Instituição de referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a transformação social nas regiões de sua atuação.

A missão e a visão institucional expressam o compromisso do Ifal com a oferta de educação pública de qualidade e com a formação de profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Valores institucionais

Os valores institucionais representam os princípios que orientam a atuação do Ifal e norteiam o comportamento institucional de gestores, servidores e estudantes. Esses valores refletem o compromisso da instituição com a educação pública, com a responsabilidade social e com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Valores Institucionais do Ifal (PDI 2024–2028)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028 do Ifal define os princípios e crenças que servem de guia para o comportamento de todos na instituição. Estes valores sustentam a missão de promover educação pública de qualidade e a visão de ser referência nacional em educação profissional.



Ética

Condutas honestas e morais pautadas no interesse público e na probidade administrativa.



Responsabilidade Social

Governança voltada ao desenvolvimento sustentável e à redução de vulnerabilidades.



Gestão Participativa e Democrática

Administração alinhada às instâncias colegiadas com participação ativa da comunidade.



Inclusão Social

Garantia de participação plena na sociedade, independente de características ou origens.



Compromisso Institucional

Engajamento de todos os servidores para o cumprimento da missão institucional.



Respeito à Diversidade

Valorização da pluralidade e das singularidades de todas as pessoas e comunidades.



Transparência

Divulgação ativa e clara de informações para garantir o controle social.



Sustentabilidade

Ações concretas e colaborativas para a construção de um futuro sustentável.



Excelência

Busca pelo aperfeiçoamento das relações sociais e pelo desenvolvimento humano integral.



Inovação

Criação de novas soluções ou melhoria substancial de processos e produtos.

Os valores institucionais orientam as políticas acadêmicas e administrativas do Ifal e fortalecem sua atuação como instituição pública comprometida com a formação cidadã, a produção de conhecimento e o desenvolvimento regional.

1.2 Estrutura administrativa

A estrutura administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal) está organizada de forma a assegurar o funcionamento integrado das atividades acadêmicas e administrativas, permitindo que a instituição cumpra sua missão e alcance os objetivos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028).

O modelo organizacional do Ifal segue as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

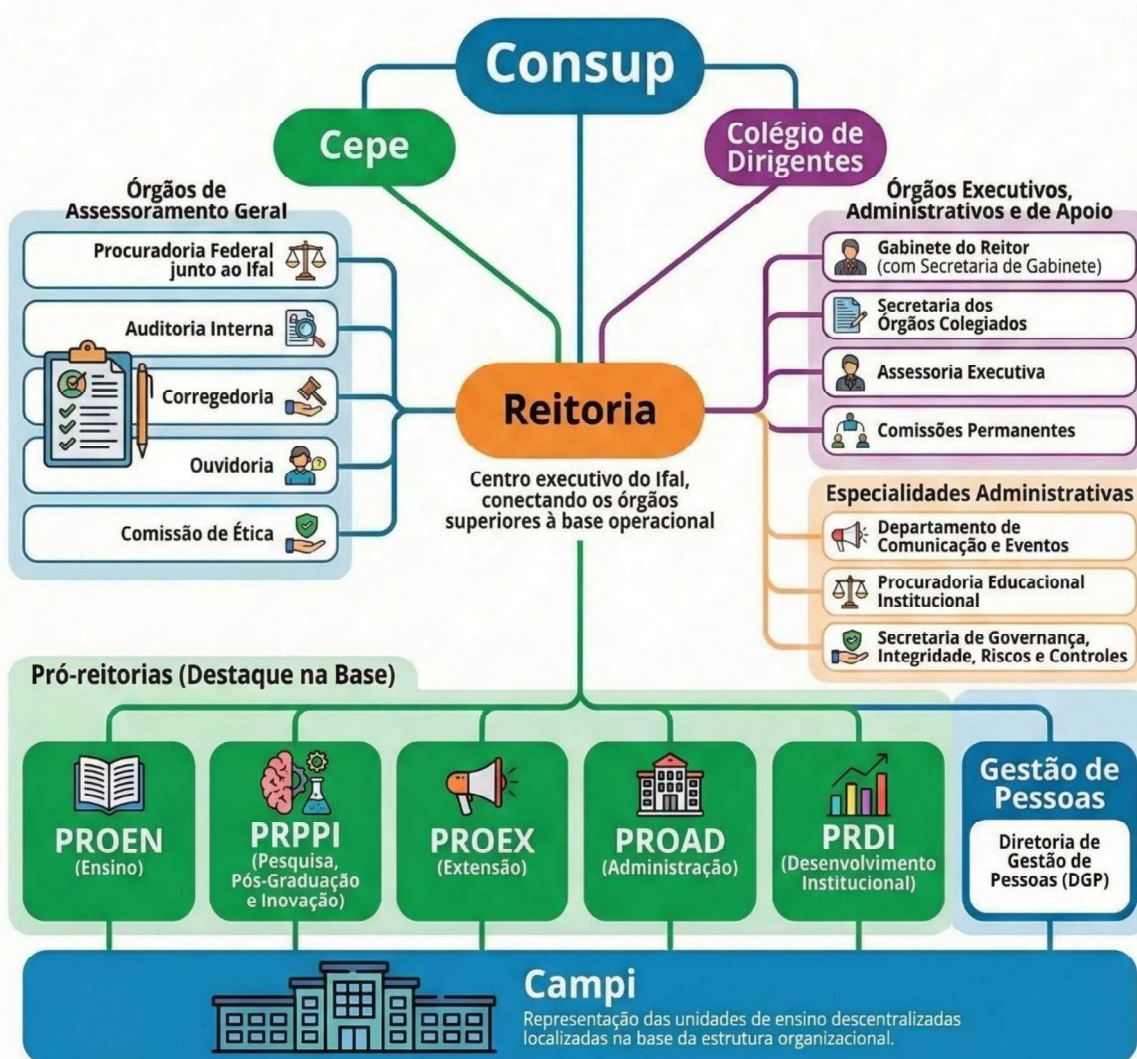
Tecnológica. Essa estrutura combina unidades responsáveis pela formulação de políticas institucionais, pela gestão administrativa e pela execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No plano da administração central, a instituição é conduzida pela Reitoria, responsável pela coordenação das políticas institucionais e pela articulação entre as diversas áreas administrativas e acadêmicas. A Reitoria atua como órgão executivo responsável pela implementação das decisões institucionais e pela condução da gestão estratégica.

A estrutura da Reitoria é composta pelo Gabinete do Reitor e por pró-reitorias responsáveis por áreas estratégicas da gestão institucional. Entre essas unidades destacam-se as pró-reitorias voltadas às áreas de ensino, pesquisa, extensão, administração e desenvolvimento institucional, além de diretorias e assessoramentos que apoiam a gestão institucional e contribuem para a execução das políticas acadêmicas e administrativas.

Essa organização permite distribuir responsabilidades e competências entre diferentes áreas, promovendo maior eficiência administrativa e melhor coordenação das atividades institucionais. A descrição completa da estrutura administrativa do Ifal está disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional>.

Organograma da Estrutura Administrativa do Ifal



Acima a estrutura administrativa do Ifal pode ser visualizada de forma sintética, que apresenta os principais níveis organizacionais da instituição, incluindo a administração central, as unidades acadêmicas e as instâncias colegiadas responsáveis pela governança institucional.

No âmbito das unidades acadêmicas, o Ifal é composto por campi distribuídos em diferentes regiões do estado de Alagoas. Cada campus possui estrutura administrativa própria, responsável pela gestão das atividades acadêmicas, administrativas e de apoio ao estudante, observando as diretrizes institucionais definidas pela Reitoria e pelos órgãos colegiados superiores.

A governança institucional também se apoia em instâncias colegiadas responsáveis pela deliberação de políticas, normas e diretrizes institucionais. Entre essas instâncias destaca-se o Conselho Superior (Consup), órgão máximo de caráter normativo e deliberativo do Ifal, responsável por estabelecer diretrizes institucionais e supervisionar a atuação administrativa e acadêmica da instituição.

Além do Conselho Superior, o Ifal possui outros colegiados e instâncias consultivas que contribuem para o processo decisório institucional, assegurando a participação de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e fortalecendo os princípios de gestão democrática previstos na legislação da Rede Federal.

A combinação entre administração central, unidades acadêmicas e instâncias colegiadas constitui a base do modelo de governança institucional do Ifal. Esse modelo busca garantir transparência, participação institucional e alinhamento entre planejamento estratégico, gestão administrativa e execução das políticas educacionais.

1.3 Planejamento estratégico e monitoramento institucional

O planejamento estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal) está estruturado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028. Esse documento estabelece as diretrizes que orientam o funcionamento da instituição e define os objetivos estratégicos que devem ser alcançados ao longo do período de vigência do plano.

O PDI constitui o principal instrumento de planejamento institucional do Ifal. Nele estão definidos os direcionadores estratégicos da instituição, bem como os objetivos que orientam as ações nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Esses elementos permitem alinhar as atividades institucionais com a missão da instituição e com seu compromisso de contribuir para o desenvolvimento social, científico e econômico do estado de Alagoas.

O planejamento estratégico do Ifal está organizado a partir de um conjunto de objetivos distribuídos em perspectivas institucionais que buscam equilibrar resultados para a sociedade, fortalecimento institucional, melhoria dos processos internos e desenvolvimento das pessoas que integram a instituição. Essa estrutura permite que a instituição acompanhe de forma sistemática o desenvolvimento das suas ações e promova melhorias contínuas na gestão.

Abaixo apresentamos o mapa estratégico do Ifal, no qual são representados os direcionadores institucionais e as perspectivas que organizam os objetivos estratégicos definidos no PDI 2024–2028.

Mapa Estratégico do Ifal (PDI 2024-2028)



Direcionadores Estratégicos (Topo do Mapa)



Missão do Ifal

Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada na indiscociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, formando cidadãos críticos para o mundo do trabalho e desenvolvimento sustentável.



Visão de Futuro

Ser uma Instituição de referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a transformação social nas regiões de sua atuação.



Valores Institucionais

Ética, Responsabilidade Social, Compromisso institucional, Gestão Participativo, Transparência, Excelência, Sustentabilidade, Respeito à diversidade, inclusão Social e Inovação.



Perspectiva 1 - Resultados a Sociedade



Assegurar condições de acesso, permanência e êxito

Implementar ações preventivas e pedagógicas para garantir que o discente entre, permaneça e conclua seus estudos com sucesso.



Garantir infraestruturas física e tecnológica adequadas

Otimizar a oferta de cursos e o desempenho administrativo através de laboratórios, salas e tecnologias de informação eficientes.



Consolidar ações para grupos historicamente excluídos

Fortalecer políticas de inclusão para pessoas com deficiência, neurodivergentes, negros, indígenas e população LGBTQIAPN+.



Perspectiva 2 - Fortalecimento Institucional



Otimizar a gestão de recursos

Maximizar a captação de recursos externos e aprimorar a eficiência do gasto orçamentário e financeiro.



Ampliar e fortalecer a rede de relacionamentos

Fomentar parcerias com o setor público, privado e movimentos sociais para intercâmbio de experiências e ações formativas.



Integrar ensino, pesquisa e extensão

Fortalecer a tríade acadêmica como princípio educativo e pedagógico em todas as ações da instituição.



Perspectiva 3 - Processos Internos



Fortalecer a comunicação institucional

Garantir que a mensagem do Ifal seja clara, consistente e atinja tanto o público interno quanto a sociedade de forma eficaz.



Fortalecer a governança institucional

Implementar controles internos, gestão de riscos e transparência ativa para gerar valor público.



Assegurar gestão sustentável e eficiente

Promover práticas que equilibrem recursos socioeconômicos e proteção ambiental, alinhadas à Agenda 2020.



Perspectiva 4 - Pessoas, Crescimento e Inovação



Promover a formação das/os servidoras/es

Incentivar a qualificação profissional e o desenvolvimento de competências para o aprimoramento do serviço público.



Fortalecer a qualidade de vida no trabalho (QVT)

Implementar políticas que visem a saúde mental, segurança laboral e o bem-estar do servidor como centro das decisões.



Fomentar a cultura do empreendedorismo e inovação

Consolidar a propriedade intelectual e o associativismo como ferramentas de desenvolvimento regional.

A partir dessa estrutura estratégica, o Ifal estabelece indicadores de desempenho que permitem medir o avanço das ações institucionais e acompanhar o alcance dos objetivos definidos no planejamento. Esses indicadores são utilizados como instrumentos de monitoramento da gestão, possibilitando avaliar resultados, identificar desafios e orientar ajustes nas políticas institucionais.

O acompanhamento dos resultados ocorre por meio de processos sistemáticos de monitoramento institucional. Esse processo permite que as unidades administrativas e acadêmicas acompanhem a execução das ações previstas no planejamento e adotem medidas de aprimoramento sempre que necessário.

O ciclo de planejamento e gestão estratégica do Ifal envolve a definição das diretrizes institucionais no PDI, o desdobramento dessas diretrizes em objetivos estratégicos, o acompanhamento por meio de indicadores de desempenho e o monitoramento contínuo das ações institucionais. Os resultados desse processo são posteriormente consolidados e

apresentados no Relatório de Gestão, instrumento que assegura transparência e prestação de contas à sociedade.



Esse modelo de planejamento e monitoramento permite ao Ifal acompanhar de forma contínua a execução de suas ações institucionais, fortalecer os mecanismos de gestão estratégica e garantir que os resultados alcançados estejam alinhados com os objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional. Além disso, contribui para ampliar a transparência da gestão pública e para fortalecer a prestação de contas à sociedade.

1.4 Perfil Institucional e Público Atendido

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal) integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e atua na oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, articulando ensino, pesquisa e extensão como instrumentos de formação profissional, produção de conhecimento e desenvolvimento social.

A atuação institucional do Ifal está distribuída em diferentes regiões do estado de Alagoas, por meio de uma rede de unidades acadêmicas que amplia o acesso da população à educação profissional e tecnológica. Em 2025, a instituição manteve uma estrutura composta por 16 campi, responsáveis pela oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Nesse contexto, o Ifal atende aproximadamente 21 mil estudantes, distribuídos entre cursos de ensino médio integrado à educação profissional, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de graduação, programas de pós-graduação e cursos de formação inicial e continuada. Essa diversidade de ofertas formativas permite atender públicos com diferentes trajetórias educacionais e necessidades de qualificação profissional.

O funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas conta com a atuação de cerca de 1.900 servidores, entre docentes e técnicos administrativos em educação, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

A presença territorial da instituição também se expressa na realização de programas, projetos e ações institucionais que ultrapassam os municípios onde estão localizados os campi. Em 2025, as atividades desenvolvidas pelo Ifal alcançaram 74 municípios alagoanos, envolvendo mais de 41 mil participantes em ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela instituição.

No campo da produção científica e da inovação, o Ifal também mantém uma atuação relevante no estado, com 321 projetos de pesquisa em execução em 2025, envolvendo estudantes e servidores em iniciativas voltadas ao desenvolvimento científico, tecnológico e à solução de desafios sociais e produtivos da região.

Esse conjunto de atividades evidencia o papel do Ifal como instituição pública estratégica para a ampliação das oportunidades educacionais, o fortalecimento da qualificação profissional e a promoção do desenvolvimento regional no estado de Alagoas.

Perfil institucional do Ifal – síntese de indicadores (2025)

O Ifal integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atuando em Alagoas através de uma estrutura multicampi que articula ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional.

Estrutura Institucional



16 Campi

Unidades acadêmicas distribuídas estrategicamente para ampliar o acesso à educação profissional no estado.



Aproximadamente 21.000 estudantes

Alunos matriculados em diversos níveis, desde o ensino médio técnico até a pós-graduação.



Cerca de 1.900 servidores

Corpo técnico e docente qualificado responsável pelas atividades acadêmicas e de gestão institucional.

Alcance e Impacto Institucional



Atuação em 74 municípios

Presença territorial abrangente que leva programas e ações institucionais para além das sedes.



Mais de 41.000 participantes

Pessoas envolvidas e beneficiadas diretamente por ações de ensino, pesquisa e extensão.



321 projetos de pesquisa

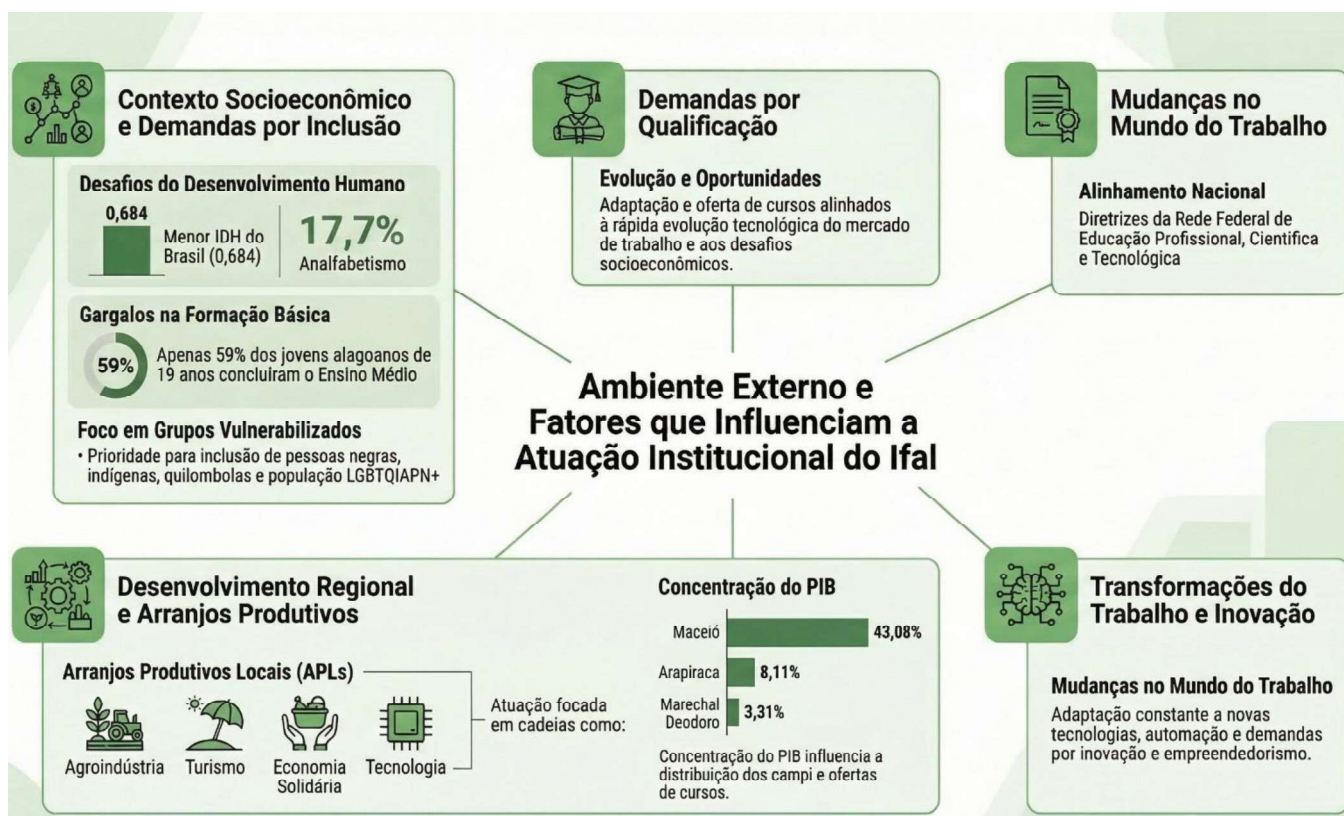
Iniciativas científicas em execução voltadas à inovação e solução de desafios regionais.

1.5 Ambiente Externo e Fatores que Influenciam a Atuação Institucional

A atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal) está inserida em um contexto social, econômico e educacional que influencia diretamente o planejamento e a execução de suas atividades institucionais. Como integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a instituição desenvolve suas ações considerando as demandas da sociedade, as políticas públicas educacionais e as transformações econômicas e tecnológicas que impactam o desenvolvimento regional.

No estado de Alagoas, marcado por desafios socioeconômicos e por demandas relevantes relacionadas à qualificação profissional e à inclusão educacional, o Ifal desempenha papel estratégico na ampliação do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. A presença institucional em diferentes regiões do estado contribui para a interiorização da educação profissional e tecnológica, favorecendo a formação de estudantes e o fortalecimento das capacidades locais de desenvolvimento.

Nesse contexto, diversos fatores externos influenciam o planejamento institucional e a definição das prioridades de atuação do Ifal. Esses fatores estão relacionados tanto ao ambiente social e econômico do estado quanto às diretrizes nacionais de educação profissional e às transformações tecnológicas que impactam o mundo do trabalho. A Figura 7 apresenta, de forma sintética, os principais elementos desse ambiente externo que orientam a atuação institucional.



2. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A governança institucional do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) constitui um dos pilares fundamentais para assegurar a adequada condução das atividades administrativas, acadêmicas e estratégicas da instituição. No contexto da administração pública federal, a governança compreende o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle destinados a avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à geração de valor público e ao atendimento do interesse da sociedade.

No âmbito do Ifal, a governança institucional está fundamentada na Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles, aprovada pela Resolução nº 72/2022 do Conselho Superior, a qual estabelece diretrizes para a tomada de decisão, o monitoramento institucional e o fortalecimento dos mecanismos de integridade, transparência e controle. Essa política encontra-se alinhada às orientações do Decreto nº 9.203/2017, que instituiu a Política de Governança da Administração Pública Federal, bem como às recomendações dos órgãos de controle, em especial do Tribunal de Contas da União (TCU).

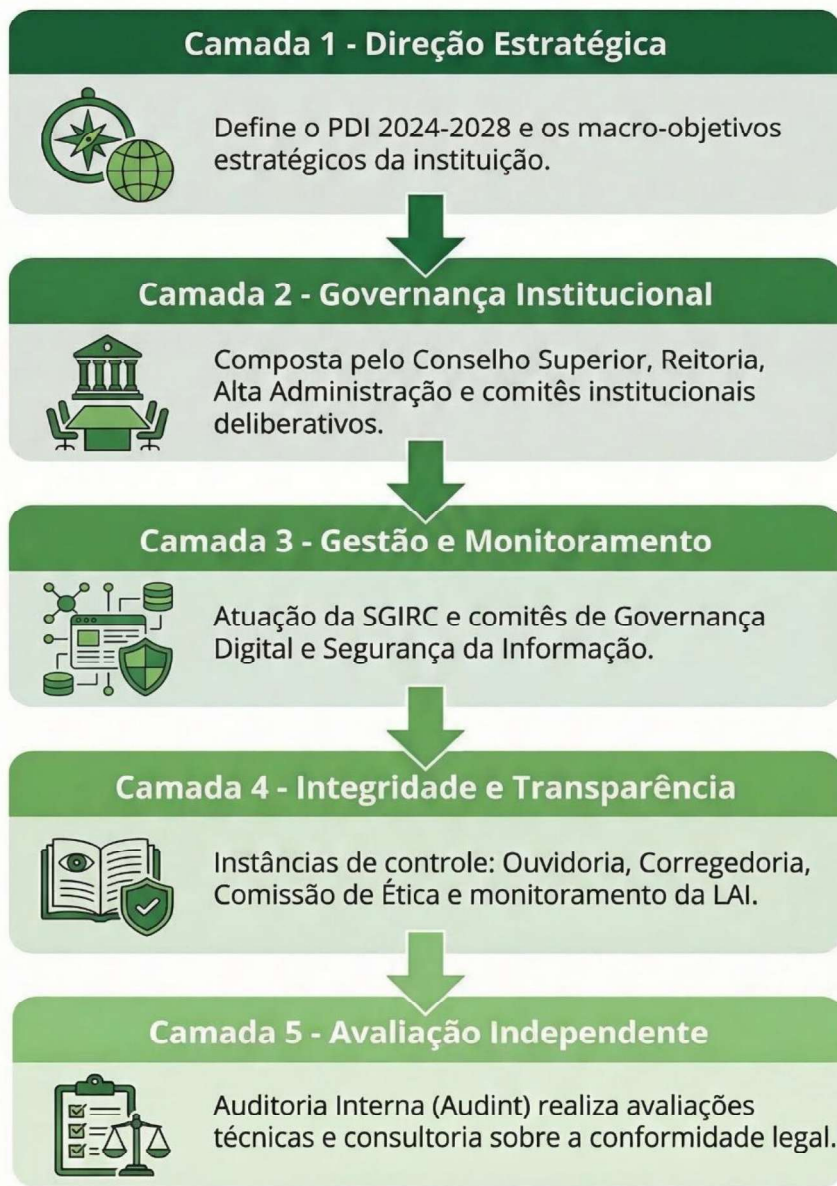
A estrutura de governança do Ifal está diretamente vinculada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, instrumento que orienta o planejamento estratégico da instituição e define seus objetivos, metas e indicadores institucionais. A governança, nesse contexto, atua como mecanismo estruturante para assegurar que as ações institucionais sejam planejadas, executadas e monitoradas de forma integrada, garantindo alinhamento entre estratégia, gestão e resultados.

Nesse modelo, a governança institucional organiza-se a partir de diferentes instâncias responsáveis pela definição de diretrizes estratégicas, pela condução administrativa, pelo monitoramento da gestão e pelo assessoramento técnico às decisões institucionais. Essas instâncias atuam de maneira complementar, assegurando que as políticas institucionais sejam implementadas com transparência, eficiência e responsabilidade pública.

A organização da governança no Ifal pode ser compreendida a partir de níveis de atuação que envolvem a direção estratégica, a condução institucional, a gestão e o monitoramento das políticas institucionais, bem como instâncias de apoio técnico e assessoramento à tomada de decisão.

Estrutura de Governança, Riscos e Integridade do Ifal

Esta estrutura organiza o Ifal em cinco níveis funcionais interconectados. O fluxo parte da estratégia institucional (PDI 2024-2028) e desce pelas instâncias de governança, gestão, integridade e avaliação independente para garantir transparência e eficiência.



O modelo apresentado evidencia que a governança institucional do Ifal se desenvolve de forma integrada, articulando instâncias estratégicas, administrativas e de apoio à gestão. Essa estrutura permite que a instituição alinhe suas decisões estratégicas às demandas institucionais e às necessidades da sociedade, fortalecendo os mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

Além disso, a governança institucional busca assegurar a adequada articulação entre a Reitoria e os campi, considerando a natureza multicampi do Instituto Federal de Alagoas. Nesse contexto, as decisões estratégicas e administrativas são conduzidas de forma colaborativa, permitindo que as diferentes unidades organizacionais participem da implementação das políticas institucionais e do alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico.

Dessa forma, a governança do Ifal constitui um arranjo institucional que integra liderança, planejamento, execução e controle, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública, para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade e para o cumprimento da missão institucional do Instituto.

2.1 Modelo de Governança do IFAL

O modelo de governança institucional do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) organiza-se de forma sistêmica, articulando instâncias estratégicas, administrativas e técnicas responsáveis pela definição de diretrizes institucionais, pela execução das políticas públicas educacionais e pelo monitoramento dos resultados institucionais. Essa estrutura busca assegurar que as decisões institucionais estejam alinhadas ao planejamento estratégico definido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, promovendo maior eficiência administrativa, transparência e *accountability* na gestão pública.

A estrutura de governança institucional do Ifal encontra-se representada na Figura 8, apresentada na abertura deste capítulo, a qual evidencia a articulação entre os diferentes níveis institucionais responsáveis pelo direcionamento estratégico, pela gestão administrativa e pelo acompanhamento das atividades institucionais.

No nível estratégico da governança institucional situam-se os órgãos colegiados superiores, responsáveis pela definição de diretrizes gerais e pela deliberação sobre matérias relevantes para a instituição. Nesse contexto, destaca-se o Conselho Superior (Consup), órgão máximo de caráter normativo e deliberativo do Ifal, composto por representantes da comunidade acadêmica e da sociedade. Compete ao Conselho Superior deliberar sobre políticas institucionais, aprovar regulamentos e acompanhar o desenvolvimento institucional, contribuindo para o fortalecimento da gestão participativa e para o acompanhamento das principais decisões institucionais.

Outro colegiado relevante no âmbito da governança é o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), responsável por deliberar sobre matérias acadêmicas relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A atuação desse colegiado contribui para o aprimoramento das políticas acadêmicas da instituição e para o alinhamento das atividades educacionais às diretrizes estabelecidas no planejamento institucional.

A condução administrativa e estratégica da instituição é exercida pela Reitoria, responsável pela coordenação geral das políticas institucionais e pela articulação entre as diferentes unidades organizacionais do Instituto. A Reitoria atua na implementação das diretrizes estabelecidas pelos órgãos colegiados superiores e na condução do planejamento institucional, garantindo a integração entre estratégia, gestão e resultados institucionais.

No âmbito da gestão institucional, as pró-reitorias desempenham papel fundamental na execução das políticas institucionais, cada uma atuando em áreas estratégicas específicas da administração do Ifal, tais como ensino, pesquisa, extensão, administração e desenvolvimento institucional. Essas unidades são responsáveis pela formulação, implementação e monitoramento de programas e ações institucionais, contribuindo diretamente para a execução do planejamento estratégico definido no PDI.

Além das pró-reitorias, a governança institucional conta com diretorias sistêmicas, responsáveis por funções técnicas e administrativas essenciais ao funcionamento da

instituição. Essas unidades atuam no assessoramento à gestão, no suporte às atividades institucionais e na implementação de políticas e processos administrativos de alcance institucional.

Outro elemento relevante da estrutura de governança é a atuação da Secretaria de Governança, Integridade, Riscos e Controles (SGIRC), responsável por apoiar a implementação da política institucional de governança e integridade. A SGIRC desempenha papel estratégico no fortalecimento dos mecanismos de gestão de riscos, integridade institucional e controles internos, contribuindo para o aprimoramento da governança e para o alinhamento da gestão às boas práticas da administração pública.

Complementando essa estrutura, o Ifal dispõe de comitês institucionais temáticos, que atuam como instâncias de assessoramento técnico à gestão em áreas estratégicas específicas, como tecnologia da informação, integridade institucional, segurança da informação e gestão de riscos. Esses comitês contribuem para a análise de temas especializados, para a formulação de recomendações técnicas e para o apoio à tomada de decisão institucional, fortalecendo os mecanismos de governança e controle.

No campo da avaliação institucional, destaca-se a atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela condução dos processos de autoavaliação institucional, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A CPA realiza estudos e diagnósticos sobre o funcionamento da instituição, produz relatórios avaliativos e subsidia a gestão institucional com informações relevantes para o aprimoramento das políticas acadêmicas e administrativas.

Considerando a natureza multicampi do Instituto Federal de Alagoas, a governança institucional também se caracteriza pela articulação permanente entre a Reitoria e os campi, permitindo que as políticas institucionais sejam implementadas de forma integrada em todas as unidades da instituição. Essa articulação favorece o alinhamento entre planejamento estratégico, execução administrativa e acompanhamento de resultados institucionais.

Nesse contexto, a atuação dos órgãos colegiados superiores, o funcionamento dos comitês institucionais e os processos avaliativos conduzidos pela CPA contribuem para o fortalecimento dos mecanismos de governança institucional, proporcionando maior suporte à tomada de decisão, aprimoramento da gestão pública e melhoria contínua das políticas educacionais desenvolvidas pelo Ifal.

2.2 Gestão de Riscos Institucionais

A gestão de riscos constitui um dos pilares da governança pública e desempenha papel fundamental no fortalecimento da capacidade institucional de identificar, avaliar e tratar fatores que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. No Instituto Federal de Alagoas (Ifal), a gestão de riscos integra o modelo institucional de governança e controles internos, contribuindo para o aprimoramento da tomada de decisão, para a prevenção de falhas administrativas e para o fortalecimento da gestão pública.

A implementação da gestão de riscos no âmbito do Ifal encontra fundamento nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, bem como nas orientações da Controladoria-Geral da União (CGU) e nas políticas institucionais relacionadas à governança, integridade, riscos e controles

internos. Essas diretrizes orientam a adoção de práticas voltadas à identificação sistemática de riscos institucionais, à avaliação de seus impactos e probabilidades e à definição de estratégias adequadas para seu tratamento e monitoramento.

No âmbito institucional, a condução das atividades relacionadas à gestão de riscos conta com o apoio da Secretaria de Governança, Integridade, Riscos e Controles (SGIRC), unidade responsável por promover a disseminação de práticas de governança, apoiar a implementação de metodologias de análise de riscos e orientar as unidades administrativas na identificação e tratamento de riscos relacionados às suas atividades.

A metodologia institucional de gestão de riscos envolve um conjunto de etapas voltadas à identificação de eventos que possam comprometer o desempenho institucional, à análise de sua probabilidade de ocorrência e de seus impactos potenciais, bem como à definição de medidas destinadas a prevenir, mitigar ou monitorar esses riscos. Esse processo contribui para o fortalecimento da gestão institucional, permitindo que decisões administrativas sejam adotadas com maior base técnica e com maior capacidade de antecipação de problemas e desafios institucionais.

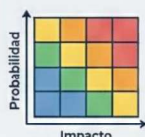
A gestão de riscos também se articula diretamente com o planejamento estratégico institucional, especialmente com os objetivos e metas definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028. Nesse contexto, a identificação e o tratamento de riscos contribuem para o acompanhamento da execução das estratégias institucionais, permitindo que eventuais obstáculos ou vulnerabilidades sejam identificados e tratados de forma preventiva.

Fluxo de Gestão de Riscos Institucional do Ifal



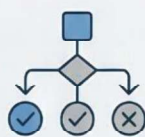
1. Identificação de riscos

Mapeamento de eventos ou situações que possam impactar negativamente os objetivos institucionais do Ifal.



2. Análise e avaliação dos riscos

Avaliação da probabilidade de ocorrência e do impacto potencial dos riscos identificados.



3. Definição de estratégias de tratamento

Definição de medidas para evitar, mitigar, transferir ou aceitar os riscos identificados.



4. Implementação das ações de controle

Execução das medidas definidas para tratamento dos riscos.



5. Monitoramento e revisão dos riscos

Acompanhamento contínuo dos riscos e avaliação da efetividade das medidas adotadas.

Resultados institucionais associados à gestão de riscos

No âmbito da governança institucional, a adoção de práticas de gestão de riscos tem contribuído para o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e para o aprimoramento da tomada de decisão administrativa. Entre os resultados associados a esse processo destacam-se a evolução das práticas institucionais de governança e integridade, a ampliação do mapeamento de riscos em processos administrativos e o apoio técnico prestado às unidades administrativas na identificação e tratamento de riscos relacionados às suas atividades.

Além disso, a integração entre gestão de riscos e controles internos contribui para o aprimoramento da gestão institucional, permitindo maior alinhamento entre planejamento estratégico, execução administrativa e acompanhamento de resultados.

2.3 Controles Internos Administrativos

Os controles internos administrativos constituem um conjunto de mecanismos, procedimentos e práticas adotados pela administração pública com o objetivo de assegurar a legalidade, a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos. No Instituto Federal de Alagoas (Ifal), esses controles integram o modelo institucional de governança, contribuindo para o adequado funcionamento dos processos administrativos e para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no planejamento institucional.

No âmbito institucional, os controles internos administrativos são implementados por meio de normas, procedimentos e rotinas administrativas voltadas à prevenção de irregularidades, ao aprimoramento da gestão e ao acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais. Esses mecanismos envolvem tanto controles de natureza preventiva, destinados a evitar falhas e inconsistências nos processos administrativos, quanto controles de natureza corretiva, voltados à identificação e ao tratamento de eventuais inconsistências ou desvios.

A estrutura de controles internos do Ifal está integrada às práticas de governança e gestão de riscos adotadas pela instituição. Nesse contexto, os controles internos contribuem para o acompanhamento das atividades institucionais, para o monitoramento do cumprimento de normas e procedimentos e para o fortalecimento da integridade administrativa.

Entre os principais instrumentos de controle interno utilizados pela instituição destacam-se a padronização de processos administrativos, a adoção de sistemas informatizados de gestão, o acompanhamento das atividades administrativas pelas unidades responsáveis e a atuação de instâncias institucionais responsáveis pela orientação e monitoramento da gestão.

A integração entre controles internos, gestão de riscos e governança institucional permite que a administração identifique vulnerabilidades nos processos administrativos e adote medidas destinadas ao seu aperfeiçoamento. Essa articulação contribui para fortalecer a confiabilidade das informações institucionais, aprimorar a tomada de decisão e garantir maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, os controles internos administrativos desempenham papel relevante no acompanhamento das recomendações e orientações provenientes dos órgãos de controle, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das práticas de gestão institucional.

Nesse contexto, o fortalecimento dos controles internos no Ifal tem contribuído para o aprimoramento dos processos administrativos, para o aumento da transparência institucional e para o aperfeiçoamento da gestão pública, em consonância com os princípios da administração pública e com as diretrizes de governança aplicáveis às instituições federais de ensino.

2.4 Auditoria Interna e Recomendações de Órgãos de Controle

A Auditoria Interna do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) constitui atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria destinada a agregar valor à gestão institucional e contribuir para o aprimoramento contínuo dos processos administrativos. Sua atuação está alinhada às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 9.203/2017, que institui a política de governança da administração pública federal, bem como às normas aplicáveis à auditoria governamental, especialmente as Instruções Normativas SFC/CGU nº 03/2017 e nº 05/2021.

No âmbito institucional, a Unidade de Auditoria Interna (Audint) desempenha papel relevante no fortalecimento da governança e da integridade administrativa, atuando na avaliação da eficácia dos controles internos, na identificação de riscos institucionais e no apoio à tomada de decisão da administração superior. As atividades da unidade são planejadas com base em metodologia estruturada que considera critérios de relevância, materialidade, criticidade e risco, além de consultas às unidades institucionais e às partes interessadas.

O planejamento das atividades de auditoria para o exercício de 2025 foi elaborado em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, priorizando áreas consideradas relevantes para o desempenho institucional e para a execução das políticas públicas educacionais. Nesse contexto, as auditorias foram direcionadas para temas relacionados à gestão administrativa, à execução de programas institucionais e à governança de processos estratégicos.

Fluxo de atuação da Auditoria Interna do Ifal (Audint)

A Auditoria Interna (Audint) do Ifal atua como um órgão técnico de controle que assessoria a gestão para otimizar processos, fortalecer os controles internos e promover melhorias na governança institucional. O fluxo abaixo apresenta as etapas essenciais da atuação da auditoria interna.



Durante o exercício de 2025 foram realizadas auditorias em áreas consideradas relevantes para a gestão institucional, incluindo o Programa de Gestão de Desempenho (PGD), a gestão do auxílio-transporte, a governança e segurança da tecnologia da informação, a execução do programa de alimentação escolar e a política de assistência estudantil. Os trabalhos tiveram como objetivo avaliar a conformidade dos processos administrativos, identificar fragilidades nos controles internos e propor recomendações voltadas ao aprimoramento da gestão institucional.

A auditoria relativa ao Programa de Gestão de Desempenho (PGD) avaliou aspectos relacionados à implementação e ao acompanhamento do programa no âmbito institucional. Entre os principais achados identificados destacaram-se fragilidades na parametrização do sistema utilizado para acompanhamento das atividades, bem como limitações no alinhamento entre os resultados de produtividade e os objetivos estratégicos institucionais. Também foram observadas lacunas na formalização de fluxos processuais e na definição de mecanismos de controle capazes de assegurar maior integração entre o programa e a gestão de riscos institucionais.

Na auditoria referente à gestão do auxílio-transporte, a análise amostral de processos administrativos evidenciou inconsistências documentais em parte dos processos avaliados, incluindo ausência de comprovantes de residência, inexistência de grades horárias de transporte coletivo em alguns casos e lacunas na formalização de memórias de cálculo utilizadas para apuração dos valores pagos. Também foram observadas situações em que os processos administrativos não apresentavam despacho conclusivo ou registro formal de verificação documental.

Em relação à governança e segurança da tecnologia da informação, foram identificadas oportunidades de melhoria relacionadas à formalização da segregação de funções em determinadas atividades críticas, à necessidade de mapeamento estruturado de processos e riscos na área de tecnologia da informação e à ampliação de iniciativas de capacitação institucional voltadas à segurança da informação.

No caso do programa de alimentação escolar, os resultados da auditoria indicaram conformidade com as diretrizes nutricionais e pedagógicas aplicáveis, destacando-se a elaboração de cardápios por profissionais habilitados e a integração de ações de educação alimentar ao contexto pedagógico das atividades institucionais. Entretanto, foram identificadas oportunidades de aprimoramento relacionadas à formalização de fluxos administrativos, à publicação de procedimentos institucionais e à institucionalização de práticas de gestão de riscos na execução do programa.

Auditorias Realizadas pela Audint em 2025

Área auditada	Objetivo da auditoria	Principais achados	Recomendações
Programa de Gestão de Desempenho (PGD)	Avaliar implementação e acompanhamento do programa	Fragilidades na parametrização do sistema e ausência de indicadores vinculados ao planejamento institucional	7
Auxílio-transporte	Verificar conformidade das concessões	Inconsistências documentais e lacunas na formalização dos processos	5
Governança e segurança de TI	Avaliar controles de tecnologia da informação	Necessidade de formalização da segregação de funções e mapeamento de riscos	7
Alimentação escolar	Avaliar execução do programa de alimentação	Necessidade de formalização de fluxos e institucionalização de gestão de riscos	5
Assistência estudantil	Avaliar concessão e acompanhamento de benefícios	Fragmentação de dados e ausência de indicadores de efetividade	8

Total de recomendações emitidas em 2025: 32

A auditoria voltada à assistência estudantil analisou os mecanismos de concessão e acompanhamento de auxílios e bolsas destinados à permanência dos estudantes. Os trabalhos evidenciaram fragilidades relacionadas à fragmentação das bases de dados utilizadas para acompanhamento das políticas de permanência estudantil e à ausência de indicadores institucionais capazes de relacionar diretamente a concessão de benefícios aos resultados acadêmicos e à permanência dos estudantes.

As recomendações emitidas no âmbito dessas auditorias contribuíram para o aprimoramento dos processos administrativos institucionais, incluindo o fortalecimento dos controles documentais em processos de concessão de benefícios, a melhoria da formalização de fluxos administrativos, o desenvolvimento de práticas de governança na área de tecnologia da informação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento de políticas institucionais voltadas à permanência estudantil. Essas recomendações também subsidiaram ações de melhoria na gestão institucional, contribuindo para maior transparência, padronização de procedimentos e fortalecimento dos controles internos administrativos.

Além das auditorias previstas no planejamento anual, a Audint também atuou em demandas extraordinárias, relacionadas principalmente ao tratamento de denúncias e à análise preventiva de riscos administrativos. No exercício de 2025 foram emitidas 20 notas de auditoria decorrentes de manifestações registradas no sistema Fala.Br, encaminhadas às unidades responsáveis para adoção das providências cabíveis.

De forma complementar, a unidade acompanhou alertas emitidos pelo sistema ALICE (Analisador de Licitações, Contratos e Editais), ferramenta utilizada pelos órgãos de controle para identificação automatizada de potenciais irregularidades em processos licitatórios e contratuais. No período analisado foram encaminhadas 12 orientações à gestão institucional decorrentes desses alertas, contribuindo para a prevenção de irregularidades e para o fortalecimento dos mecanismos de controle interno administrativo. A figura 11 resume a atuação da Auditoria Interna em 2025.

Indicadores da atuação da Auditoria Interna em 2025

Este infográfico apresenta os principais indicadores de monitoramento e controle da Auditoria Interna (Audint) do Ifal, destacando a produtividade em auditorias, recomendações e o processamento de denúncias e alertas sistêmicos.



Outro aspecto relevante das atividades desenvolvidas no exercício foi o início do processo de mapeamento de riscos da própria atividade de auditoria interna, com a identificação de subprocessos, eventos de risco, causas e consequências, bem como a avaliação de probabilidade e impacto desses eventos. Essa iniciativa contribuiu para o fortalecimento da gestão da própria unidade e para o aprimoramento contínuo de seus controles internos.

A atuação da Auditoria Interna também desempenha papel importante no ciclo de governança institucional, uma vez que os resultados das auditorias e o acompanhamento das recomendações fornecem subsídios para o aperfeiçoamento dos processos de gestão e para a tomada de decisão da administração superior. As evidências produzidas pelas auditorias contribuem para o aprimoramento dos controles internos, para a mitigação de riscos institucionais e para o alinhamento das práticas administrativas aos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI.

Dessa forma, a atuação da Auditoria Interna em 2025 contribuiu para o fortalecimento da governança institucional do Ifal, para a melhoria da qualidade da gestão pública e para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno administrativo, consolidando seu papel estratégico no apoio à integridade institucional e à gestão baseada em evidências. Mais informações sobre a Auditoria Interna do Ifal disponíveis em: <https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/orgaos-de-assessoramento-geral/auditoria-interna-1>.

2.5 Integridade, transparência e prestação de contas

A promoção da integridade pública, da transparência administrativa e da prestação de contas constitui elemento essencial da governança institucional no âmbito do Instituto Federal de

Alagoas (Ifal). Esses princípios orientam a atuação da administração pública federal e estão associados à necessidade de assegurar que a gestão institucional seja conduzida com ética, responsabilidade, legalidade e compromisso com o interesse público.

No contexto da governança organizacional, os mecanismos de integridade e controle social desempenham papel fundamental na prevenção de irregularidades, na promoção da ética pública e no fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas. No Ifal, essas funções são exercidas por diferentes estruturas institucionais que atuam de forma complementar, compondo um conjunto articulado de mecanismos voltados à promoção da integridade, à transparência da gestão e ao aprimoramento contínuo das práticas administrativas.

Entre essas estruturas destacam-se a Corregedoria, responsável pela apuração de irregularidades administrativas e pela promoção de ações preventivas no âmbito disciplinar; a Ouvidoria, que atua como canal de participação social e interlocução entre a instituição e a sociedade; a Comissão de Ética, encarregada de orientar e promover a observância dos princípios éticos no exercício da função pública; e a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela condução dos processos de avaliação institucional no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).





A atuação dessas instâncias contribui para o fortalecimento da governança institucional ao ampliar a capacidade de prevenção, detecção e tratamento de irregularidades, além de estimular a cultura de integridade, a participação social e a melhoria contínua das práticas de gestão.

No exercício de 2025, essas estruturas mantiveram atuação regular no acompanhamento de demandas institucionais, na condução de procedimentos administrativos, na análise de manifestações da sociedade e na realização de atividades voltadas à promoção da ética pública e à avaliação institucional. As ações desenvolvidas também contribuíram para o aprimoramento dos mecanismos de transparência e para o fortalecimento dos instrumentos de controle interno e controle social.

A integração entre essas instâncias institucionais reforça a capacidade do Ifal de promover práticas administrativas alinhadas aos princípios da administração pública, contribuindo para a consolidação de um ambiente organizacional orientado pela integridade, pela responsabilidade institucional e pela melhoria contínua da gestão pública.

Estruturas Institucionais de Integridade, Transparência e Avaliação no Ifal

Comparativo das principais estruturas de governança, controle e avaliação interna do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), detalhando suas finalidades e atividades principais.

ESTRUTURA INSTITUCIONAL	FINALIDADE INSTITUCIONAL	PRINCIPAIS ATIVIDADES
 Corregedoria	Apuração de irregularidades administrativas e promoção da integridade disciplinar.	Condução de procedimentos correccionais, orientação às unidades administrativas, ações preventivas e capacitações.
 Ouvidoria	Promoção da participação social e mediação entre sociedade e instituição.	Recebimento e tratamento de manifestações, acompanhamento de pedidos de acesso à informação e monitoramento de prazos de resposta.
 Comissão de Ética	Promoção da ética pública no exercício da função pública.	Análise de condutas éticas, orientação a servidores e realização de ações educativas sobre ética pública.
 Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Condução da avaliação institucional no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).	Elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, acompanhamento de processos avaliativos e subsídio ao planejamento institucional.

2.5.1 Corregedoria

A Corregedoria do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) exerce papel central no sistema de integridade institucional, sendo responsável pela prevenção, detecção e apuração de eventuais irregularidades disciplinares e administrativas envolvendo servidores e pessoas jurídicas vinculadas à instituição. Sua atuação contribui diretamente para a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a transparência na gestão pública, ao mesmo tempo em que fortalece os mecanismos de responsabilização administrativa e de orientação preventiva no âmbito institucional.

Conforme registrado pela própria unidade, a Corregedoria do Ifal consolidou-se como unidade correccional instituída, detentora dos requisitos técnicos necessários ao pleno exercício de suas competências, nos termos da Nota Técnica nº 1641/2023/CGSSIS/DICOR/CRG. Nesse contexto, suas atividades abrangem tanto a condução de procedimentos disciplinares quanto a atuação preventiva e orientadora junto às unidades administrativas.

No exercício de 2025, a unidade manteve atuação regular e estruturada na análise e condução de demandas correccionais, com aprimoramento progressivo dos fluxos de trabalho e das práticas administrativas. Esse processo foi acompanhado da continuidade das ações de aperfeiçoamento institucional decorrentes do diagnóstico realizado no âmbito do Modelo de Maturidade Correccional (CRG-MM), instrumento desenvolvido pela Corregedoria-Geral da União para avaliar a capacidade institucional das unidades correccionais. Embora não tenha havido nova rodada avaliativa do modelo em 2025, a Corregedoria do Ifal manteve como referência o resultado obtido em 2024, quando alcançou a Certificação de Nível 2 de Maturidade, indicando a presença de práticas padronizadas e institucionalizadas no tratamento das demandas correccionais.

No período de referência, a Corregedoria realizou a análise de 521 processos administrativos, considerando tanto processos correccionais quanto processos administrativos que demandaram manifestação obrigatória da unidade. Desse universo, 487 manifestações

corresponderam à atuação acessória da unidade em processos de gestão de pessoas e emissão de documentos comprobatórios, incluindo progressões funcionais, declarações correcionais, processos de aposentadoria, afastamentos do país, vacâncias, exonerações e licenças para interesses particulares. Essa atuação demonstra a inserção da Corregedoria em fluxos administrativos relevantes da instituição, contribuindo para a regularidade dos atos administrativos e para a orientação preventiva das unidades.

No que se refere especificamente ao tratamento de demandas correcionais, a unidade recebeu 58 demandas no exercício de 2025, provenientes principalmente da Ouvidoria institucional e de representações diretas encaminhadas à unidade. Após análise preliminar, 5 demandas foram arquivadas sumariamente, por ausência de elementos mínimos que justificassem a instauração de procedimento correcional. As demais 53 demandas foram efetivamente tratadas pela unidade, mediante análise de admissibilidade e encaminhamento para as providências administrativas cabíveis.

O fluxo geral de tratamento dessas demandas é apresentado abaixo, que sintetiza as etapas de recebimento, triagem e encaminhamento das manifestações analisadas pela Corregedoria no exercício de 2025.

Fluxo de tratamento de demandas correcionais no Ifal – 2025

A Corregedoria do Ifal atua com autonomia e independência na prevenção e apuração de irregularidades disciplinares e administrativas, processando as demandas recebidas para garantir a integridade institucional.



1. Demandas correcionais recebidas: 58



2. Demandas arquivadas sumariamente: 5



3. Demandas correcionais tratadas: 53



4. Desdobramento em processos administrativos

Detalhamento do status dos processos administrativos resultantes do fluxo

Status do Processo	Quantitativo
Processos concluídos	48
Processos em andamento	34

Considerando o estoque inicial de processos e as novas demandas recebidas no exercício, a Corregedoria registrou 34 processos correcionais em andamento e 48 processos concluídos ao longo do ano. A distribuição dos processos em tramitação revela a existência de diferentes fases procedimentais no ciclo correcional, refletindo a complexidade e a diversidade dos casos analisados pela unidade.

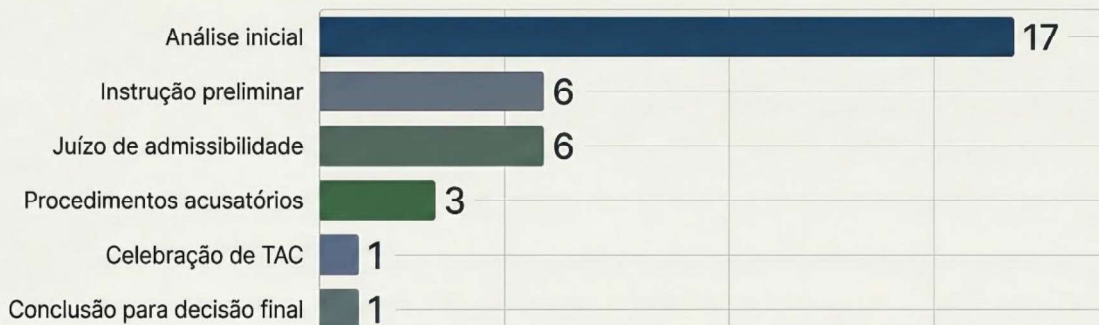
Situação dos processos correccionais em tramitação no Ifal – 2025

Distribuição dos processos administrativos sob responsabilidade da Corregedoria do Ifal segundo a fase procedimental.

Este gráfico apresenta o panorama dos processos administrativos em andamento na Corregedoria do Ifal no ano de 2025. O objetivo é oferecer transparência sobre o volume de trabalho e o estágio de cada demanda correccional dentro do fluxo institucional.

Panorama Geral dos Processos

Visualização do volume de processos ativos distribuídos pelas seis etapas do rito correccional do Ifal.



No campo dos procedimentos acusatórios, a Corregedoria instaurou em 2025 três procedimentos disciplinares, sendo dois Processos Administrativos Disciplinares sob rito ordinário e uma sindicância disciplinar envolvendo servidor temporário. No mesmo período, foram concluídos e julgados três procedimentos instaurados em exercícios anteriores, provenientes dos anos de 2023 e 2024. Além disso, quatro procedimentos instaurados em 2025 permaneceram em tramitação, com previsão de julgamento no exercício seguinte.

O indicador de efetividade dos procedimentos acusatórios alcançou 100% no exercício, uma vez que todos os processos concluídos resultaram em aplicação de penalidade ou em solução consensual mediante celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Esse resultado reforça a efetividade das apurações administrativas conduzidas pela unidade e demonstra consistência na aplicação das medidas disciplinares cabíveis.

No âmbito das soluções consensuais, a Corregedoria celebrou oito Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) em 2025, instrumento previsto na Portaria Normativa CGU nº 27/2022, utilizado para tratar infrações de menor potencial ofensivo mediante compromisso formal de correção de conduta por parte do servidor. A experiência institucional demonstra elevada efetividade desse instrumento: desde 2020, os TACs celebrados pela Corregedoria apresentam 89% de aceitabilidade e cumprimento, sem registro de reincidência por parte dos compromissários.

Além da atuação investigativa e disciplinar, a Corregedoria também desempenhou importante função preventiva e pedagógica ao longo do exercício. Em 2025, a unidade realizou visitas institucionais aos campi de Arapiraca, São Miguel dos Campos, Marechal Deodoro, Batalha, Santana do Ipanema e Maragogi, com o objetivo de orientar gestores e servidores sobre temas relacionados à integridade pública, deveres e proibições legais, prevenção ao assédio e à discriminação, bem como esclarecer dúvidas sobre procedimentos correccionais.

Outra frente relevante de atuação preventiva foi a emissão de 29 recomendações correcionais no âmbito dos juízos de admissibilidade. Essas recomendações foram utilizadas para orientar ajustes de procedimentos administrativos e corrigir fragilidades identificadas na gestão, mesmo em situações nas quais não se verificou justa causa para instauração de processo disciplinar. Dessa forma, a Corregedoria atuou não apenas como instância de responsabilização, mas também como agente indutor de melhorias administrativas e de fortalecimento dos controles internos.

Paralelamente, a equipe da Corregedoria participou de diversas ações de capacitação técnica, incluindo cursos e eventos relacionados a admissibilidade correcional, processo administrativo disciplinar, assédio moral e sexual, produção e análise de provas, nulidades processuais, perícias médicas, prova oral e epistemologia da prova. Essas atividades foram realizadas em articulação com o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor), com o Ministério da Educação e com redes de corregedorias de instituições federais de ensino, contribuindo para o aprimoramento técnico da equipe e para a qualificação dos procedimentos conduzidos pela unidade.

Em perspectiva institucional, a Corregedoria orientou sua atuação em 2025 pela continuidade do processo de amadurecimento de suas práticas administrativas e pela consolidação de sua atuação no sistema de integridade do Ifal. Entre as prioridades institucionais destacam-se o aprimoramento dos protocolos de tratamento de denúncias, o fortalecimento da articulação com a Ouvidoria e a Comissão de Ética, a ampliação das ações preventivas e educativas e o aperfeiçoamento dos indicadores de monitoramento da atividade correcional.

Em síntese, os resultados alcançados no exercício demonstram o fortalecimento da atuação correcional no Ifal. A análise de 521 processos, a recepção de 58 demandas correcionais, a conclusão de 48 processos, a manutenção de 34 processos em tramitação, a instauração de três procedimentos acusatórios, a celebração de oito TACs, a emissão de 29 recomendações correcionais e a realização de ações preventivas e de capacitação evidenciam uma atuação institucional orientada pela integridade, pela responsabilização administrativa e pela melhoria contínua da governança pública no âmbito do Ifal.

2.5.2 Ouvidoria e Acesso à Informação

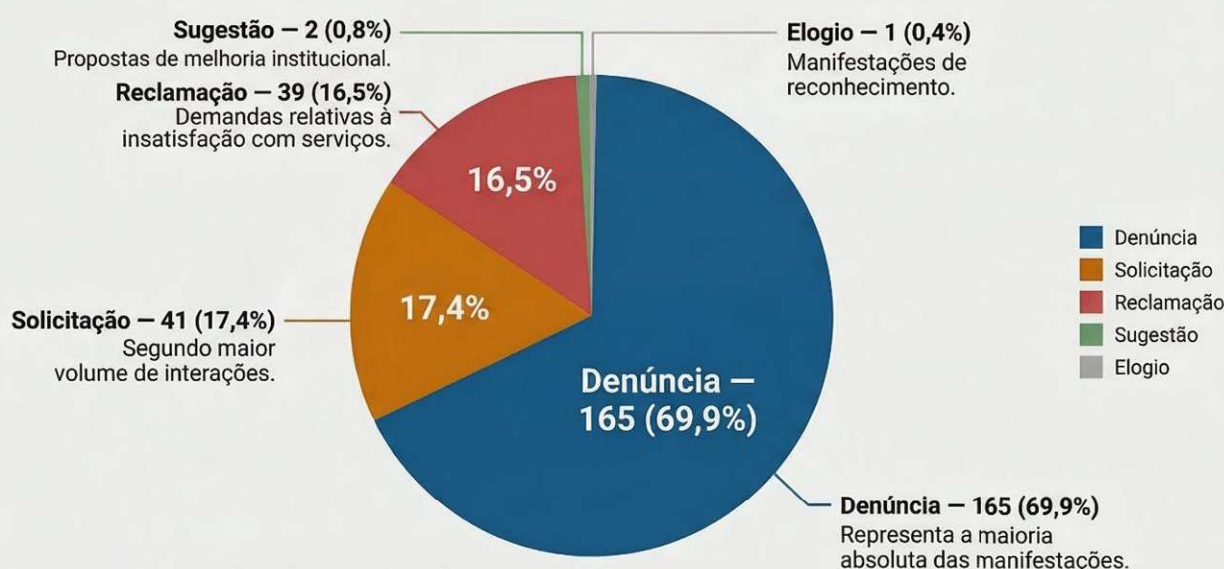
A Ouvidoria do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) constitui importante instrumento de fortalecimento da transparência pública, da participação social e do aprimoramento contínuo da gestão institucional. Por meio de seus canais de atendimento, a unidade recebe, analisa e encaminha manifestações da sociedade, contribuindo para a identificação de problemas administrativos, a melhoria de serviços públicos e o fortalecimento da *accountability* institucional.

As manifestações são registradas principalmente por meio da plataforma Fala.BR, sistema oficial do Governo Federal para registro e tratamento de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação. Esse ambiente permite o acompanhamento do fluxo de atendimento das demandas, assegurando transparência, rastreabilidade e controle sobre os prazos de resposta.

No exercício de 2025, a Ouvidoria do Ifal recebeu 271 manifestações, envolvendo diferentes tipos de demandas da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Desse total, 247 manifestações foram respondidas, 23 foram arquivadas e 8 foram encaminhadas a outros órgãos ou instâncias competentes, restando apenas uma manifestação em tratamento ao final do período analisado. O tempo médio de resposta registrado foi de 9,4 dias, mantendo-se dentro dos parâmetros de eficiência esperados para o tratamento dessas demandas.

A análise da natureza das manifestações evidencia que a maior parte das demandas recebidas está associada a denúncias, que representaram aproximadamente 69,9% do total de registros, seguidas por solicitações (17,4%), reclamações (16,5%), sugestões (0,8%) e elogios (0,4%). Esse perfil indica que a Ouvidoria desempenha papel relevante como canal de reporte de irregularidades e de comunicação institucional entre a sociedade e a administração pública.

Distribuição das Manifestações da Ouvidoria do Ifal (2025)

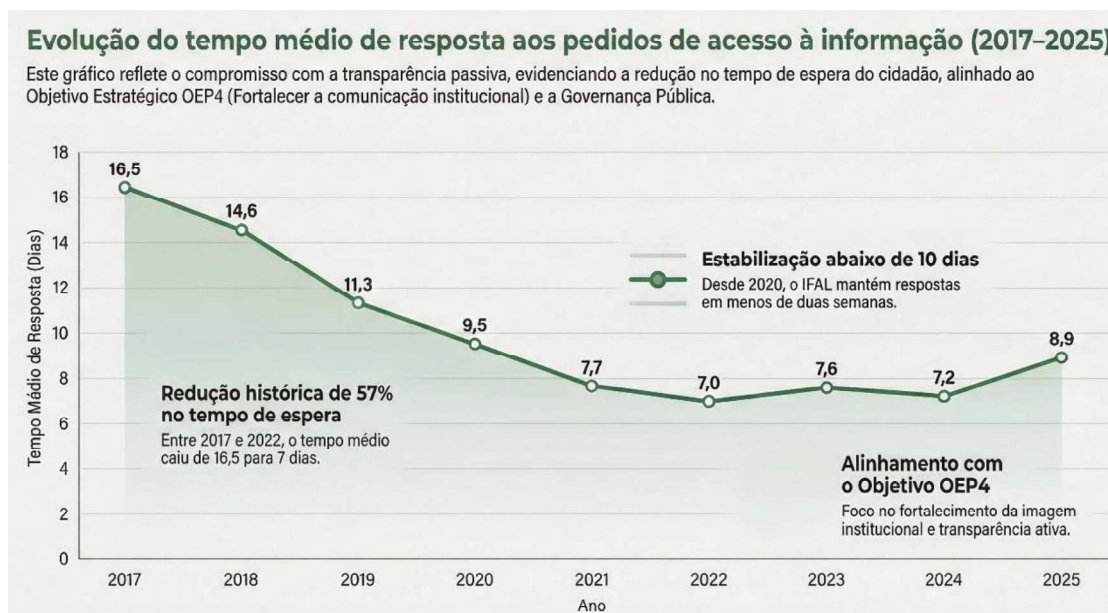


Além do tratamento das manifestações de ouvidoria, a unidade também exerce papel central na implementação da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação — LAI) no âmbito institucional. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), operacionalizado pela Ouvidoria, é responsável por receber e encaminhar pedidos de acesso a informações públicas produzidas ou custodiadas pelo Instituto.

Em 2025 foram registrados 167 pedidos de acesso à informação, todos devidamente respondidos dentro dos prazos legais estabelecidos pela legislação vigente. O tempo médio de resposta foi de 8,9 dias, o que demonstra elevado nível de eficiência no atendimento às demandas de transparência ativa e passiva.

A série histórica dos pedidos de acesso à informação revela significativa evolução na capacidade institucional de resposta ao longo dos anos. Enquanto em 2017 o tempo médio de resposta era de aproximadamente 16,5 dias, em 2025 esse indicador foi reduzido para 8,9

dias, evidenciando o aprimoramento progressivo dos fluxos internos de atendimento e da organização das informações institucionais.



Observa-se também crescimento no número de manifestações registradas ao longo dos últimos anos, refletindo maior conhecimento da sociedade acerca dos canais institucionais de participação e controle social. Esse aumento não necessariamente indica crescimento de problemas institucionais, mas sim maior utilização dos mecanismos formais de diálogo entre sociedade e administração pública.



O desempenho da Ouvidoria demonstra a consolidação desse mecanismo como ferramenta estratégica de governança pública no Ifal. Ao possibilitar o registro estruturado de manifestações, o acompanhamento dos prazos de atendimento e a geração de relatórios

gerenciais, o sistema contribui para a melhoria dos processos administrativos e para a prevenção de irregularidades.

Nesse sentido, as informações produzidas pela Ouvidoria não apenas atendem às demandas individuais dos cidadãos, mas também subsidiam a gestão institucional, permitindo identificar padrões de reclamações, oportunidades de melhoria e potenciais riscos administrativos.

Dessa forma, a atuação da Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão reforça o compromisso do Ifal com os princípios da transparência, participação social e controle público, contribuindo para o fortalecimento da integridade institucional e da confiança da sociedade nas ações desenvolvidas pela instituição.

2.5.3 Comissão de Ética

A Comissão de Ética do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e atua na promoção da integridade institucional, na orientação de servidores quanto às normas de conduta ética e na análise de situações que possam configurar infrações aos princípios éticos da administração pública.

A atuação da comissão encontra fundamento no Decreto nº 1.171/1994, que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, bem como no Decreto nº 6.029/2007, que estabelece o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Nesse contexto, a Comissão de Ética exerce funções educativas, consultivas e apuratórias, contribuindo para o fortalecimento da cultura de integridade e para a prevenção de desvios de conduta no âmbito institucional.

No exercício de 2025, a comissão registrou 41 manifestações relacionadas a possíveis situações de natureza ética, provenientes tanto de denúncias encaminhadas diretamente à comissão quanto de demandas recebidas por meio da plataforma Fala.BR, encaminhadas pela Ouvidoria institucional. Essas manifestações constituem importante instrumento de monitoramento da conduta ética no ambiente organizacional, permitindo identificar situações que demandam orientação, mediação ou eventual apuração.

A partir dessas manifestações foram instaurados 12 procedimentos preliminares, destinados à análise inicial dos fatos relatados, bem como 1 processo de apuração ética, instaurado quando identificados elementos suficientes para aprofundamento da análise da conduta. Parte desses procedimentos resultou em arquivamento por ausência de infração ética, enquanto outros permaneceram em acompanhamento ao final do período analisado.

Além da atuação apuratória, a Comissão de Ética desempenhou importante função preventiva por meio da orientação aos servidores acerca da aplicação das normas de conduta ética. Em 2025 foram analisadas 5 consultas formais relacionadas a possíveis situações de conflito de interesses, além de aproximadamente 15 consultas de natureza ética, encaminhadas por diferentes canais institucionais. Essas consultas permitem esclarecer dúvidas e prevenir situações que possam configurar infrações éticas no exercício das funções públicas.

No campo da promoção da cultura de integridade, a comissão realizou ações educativas voltadas à disseminação de princípios éticos no ambiente institucional, incluindo participação em eventos e palestras promovidos em parceria com diferentes unidades do Ifal. Destaca-se também a continuidade da campanha institucional “Ética no Serviço Público: humanizar é

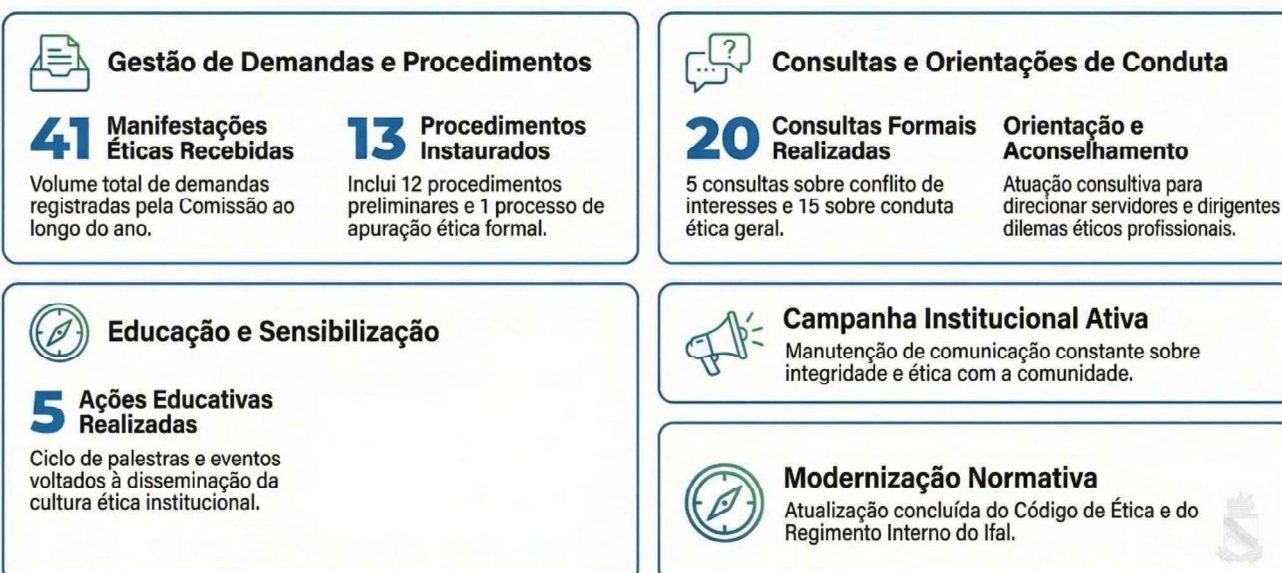
preciso”, iniciativa voltada à sensibilização da comunidade institucional sobre a importância da ética nas relações profissionais e na prestação de serviços públicos.

Entre os avanços institucionais registrados no período, destaca-se a atualização do Código de Ética do Ifal, aprovada pelo Conselho Superior, bem como a atualização do Regimento Interno da Comissão de Ética, instrumentos normativos que consolidam diretrizes e procedimentos relacionados à gestão da ética no âmbito da instituição. A atualização desses instrumentos contribui para o aprimoramento da governança institucional e para o fortalecimento dos mecanismos de prevenção de desvios de conduta.

A atuação da Comissão de Ética articula-se com outras instâncias responsáveis pelo fortalecimento da integridade institucional, como a Ouvidoria, a Corregedoria e as estruturas de governança e gestão de riscos do Ifal. Essa atuação integrada permite que as informações relacionadas à conduta ética subsidiem processos de melhoria institucional, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de transparência, responsabilidade e controle interno.

Atuação da Comissão de Ética do Ifal em 2025

Este infográfico resume os principais indicadores de desempenho da Comissão de Ética do Ifal em 2025. O foco abrange desde o processamento de demandas e consultas até o fortalecimento da cultura ética por meio de eventos educativos e atualizações de normas internas.



3 — RESULTADOS ESTRATÉGICOS

Este capítulo apresenta os principais resultados alcançados pelo Instituto Federal de Alagoas (Ifal) no exercício de 2025, considerando os objetivos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028. A análise dos resultados busca demonstrar de que forma as ações institucionais contribuíram para o cumprimento da missão institucional e para o atendimento das demandas educacionais e sociais da comunidade atendida pelo Ifal.

O acompanhamento do desempenho institucional é realizado por meio de um conjunto de indicadores estratégicos estabelecidos no PDI, que orientam o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas e ações desenvolvidas pela instituição. O plano está estruturado em 12 objetivos estratégicos, monitorados por 43 indicadores institucionais, que abrangem dimensões relacionadas às atividades finalísticas do Instituto — ensino, pesquisa e extensão — bem como aspectos de gestão, governança, infraestrutura, sustentabilidade e desenvolvimento institucional.

Os resultados apresentados neste capítulo foram consolidados a partir de informações fornecidas pelas pró-reitorias e unidades administrativas do Ifal, considerando os dados disponíveis no momento da elaboração deste relatório. Parte dos indicadores institucionais depende da consolidação de informações em sistemas nacionais, como a Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Nesses casos, quando os resultados ainda não estavam disponíveis na data de fechamento do relatório, essa condição é indicada de forma explícita nas tabelas e análises apresentadas.

A exposição dos resultados está organizada em seções temáticas que refletem as principais áreas de atuação institucional, contemplando o desempenho estratégico do PDI, os resultados da avaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e os avanços observados nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, gestão de pessoas e infraestrutura institucional. Ao final do capítulo, apresenta-se uma síntese dos principais avanços alcançados, dos desafios identificados e das perspectivas institucionais para os próximos exercícios, contribuindo para a transparência e para o aperfeiçoamento contínuo da gestão pública no âmbito do Ifal.

3.1 Resultados por Objetivo Estratégico do PDI

O Instituto Federal de Alagoas (Ifal) acompanha seu desempenho institucional por meio de indicadores definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028. Esses indicadores estão organizados em 12 Objetivos Estratégicos, classificados como Objetivos Estratégicos Permanentes (OEP), Objetivos Estratégicos de Articulação (OEA) e Objetivos Estratégicos Institucionais (OEI).

Os Objetivos Estratégicos representam os resultados que o Ifal pretende alcançar ao longo do período do PDI. Já os indicadores estratégicos são as medidas utilizadas para acompanhar esses objetivos, permitindo verificar, ao longo do tempo, se a instituição está avançando em direção às metas estabelecidas.

Monitoramento Estratégico do PDI do Ifal (2024–2028)

Como o planejamento institucional é acompanhado por objetivos, indicadores e resultados



Ao todo, são monitorados 43 indicadores estratégicos, com acompanhamento contínuo dos resultados. As metas apresentadas correspondem às metas finais do PDI (2024–2028), não se tratando de metas anuais. Assim, a análise considera a evolução dos indicadores e sua aproximação em relação aos resultados esperados ao final do ciclo.

Os resultados de 2025 refletem os dados disponíveis até a data de elaboração deste relatório, podendo sofrer atualização posterior. Parte dos indicadores depende da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), cujo calendário de divulgação ocorre após o período de elaboração do Relatório de Gestão. Nesses casos, os indicadores são apresentados como “Em apuração”.

Os dados completos podem ser consultados em painel público:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1IK9UNt-aAaawhZWZ3wnGTDYvWZ67RdnDe-GIszfmBdU>

Data de consulta: 18 de março de 2026.

OEP-1 — Assegurar aos discentes condições de acesso, permanência e conclusão com êxito

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Taxa de discentes beneficiados/as com alimentação escolar	0,30	0,5968	0,7490
Discentes elegíveis beneficiados com auxílios/bolsas da assistência estudantil	0,75	0,8457	77,06

Eficiência Acadêmica (PNP)	0,475	0,6049	Em apuração
Percentual de execução das ações do PEIPE	0,65	0,75	Em apuração
Taxa de Conclusão (ciclo) (PNP)	0,425	0,5521	Em apuração
Taxa de Evasão (ciclo) (PNP)	0,46	0,3606	Em apuração
Taxa de Retenção (ciclo) (PNP)	0,16	0,0873	Em apuração
Taxa de discentes atendidos pela assistência estudantil	0,70	0,7174	0,7334
Relação de inscritos por vagas (PNP)	3,25	4,2	Em apuração

OEP-2 — Garantir as infraestruturas física e tecnológica adequadas

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Taxa de Infraestrutura Física Mínima - Laboratórios Cursos Técnicos	0,65	0,7137	0,8082
Taxa de Infraestrutura mínima de TI	0,82	0,9052	0,9248
Taxa de Infraestrutura Física Mínima - Administrativa e de Apoio	0,65	0,7709	0,7745
Taxa de Infraestrutura Física Mínima - Cursos Superiores	0,80	0	0

OEP-3 — Otimizar a gestão de recursos

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Taxa de crescimento da captação de recursos	0,37	0,2007	Em apuração
Índice de eficiência no planejamento orçamentário	1,00	0,0104	Em apuração

OEP-4 — Fortalecer a comunicação institucional

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Taxa de estruturação do Departamento de Comunicação	0,45	0,2142	Em apuração
Taxa de implementação de estratégias de comunicação externa	0,55	0,92	Em apuração

OEP-5 — Promover a formação dos servidores

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Taxa de Qualificação dos servidores do quadro efetivo do Ifal	0,024	0,0393	Em apuração
Taxa de implementação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)	0,55	0,4751	Em apuração

OEA-1 — Ampliar e fortalecer a rede de relacionamento institucional

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Número de municípios beneficiados pelos programas/projetos/ações	50	69	74

Número de pessoas participantes executores e beneficiados	19.000	25.179	41.036
Índice de efetividade das parcerias estabelecidas	0,825	0,9536	1,00

OEA-2 — Fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Número de ações envolvendo ensino, pesquisa e extensão	24	12	Em apuração
Taxa de implementação de ações integradoras	0,35	0	0

OEA-3 — Fortalecer a governança institucional

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Índice de liderança	0,60	0,718	Em apuração
Índice de Gestão Estratégica	0,575	0,635	Em apuração
Índice de Gestão das áreas de controle	0,825	0,833	Em apuração
Índice de Gestão de Pessoas	0,425	0,683	Em apuração
Índice de Gestão de Tecnologia da Informação	0,525	0,447	Em apuração
Índice de Gestão de Contratações	0,525	0,608	Em apuração

Índice de Gestão Orçamentária e Financeira	0,525	0,5	Em apuração
Índice de Gestão da Sustentabilidade	0,45	0,66	Em apuração
Taxa de implementação de estratégias de comunicação internas	0,55	0,5238	Em apuração

OEI-1 — Inclusão social

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Percentual de implantação dos NUGEDI's	0,55	0,8125	0,8750
Percentual de salas do NAPNE equipadas	0,65	0,5625	0,6875
Percentual de salas implantadas para o NEABI	0,65	0,7857	0,8571

OEI-2 — Sustentabilidade institucional

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Taxa de Implementação de Ações Administrativas Voltadas para a Sustentabilidade Ambiental	0,25	0,3109	Em apuração
Taxa de Implementação de Ações Acadêmicas Voltadas para a Sustentabilidade Ambiental	0,40	0,1345	Em apuração

OEI-3 — Qualidade de vida no trabalho

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
-----------	----------------	------	------

Índice de satisfação do Clima Organizacional	0,75	0	Em apuração
----------------------------------------------	------	---	-------------

OEI-4 — Empreendedorismo e inovação

Indicador	Meta Final PDI	2024	2025
Número de ações/atividades nas áreas de empreendedorismo	30	54	60
Número de empresas incubadas instituídas	4	4	Em apuração
Número de empresas juniores instituídas	7	6	7
Número de registros de propriedade intelectual	28	18	Em apuração

Análise dos Resultados

Dos 43 indicadores estratégicos monitorados, observa-se que uma parcela ainda limitada apresenta resultados consolidados para o exercício de 2025 até a data de elaboração deste relatório, enquanto a maioria permanece em apuração, especialmente em função do calendário de disponibilização de dados e da necessidade de consolidação metodológica em alguns casos.

Os resultados disponíveis concentram-se, principalmente, nos eixos relacionados à infraestrutura, à extensão e ao empreendedorismo e inovação, permitindo análise mais consistente nessas dimensões. Nesses casos, verifica-se desempenho superior às metas finais estabelecidas no PDI, com destaque para os indicadores de infraestrutura física de laboratórios de cursos técnicos, infraestrutura de tecnologia da informação, alcance das ações de extensão e número de iniciativas relacionadas ao empreendedorismo.

Em relação à extensão e articulação institucional, observa-se ampliação do número de municípios atendidos e crescimento expressivo do público participante das ações institucionais, evidenciando a capacidade de expansão do impacto social do Ifal.

No campo do empreendedorismo e inovação, os resultados indicam desempenho acima das metas finais do PDI em indicadores específicos, demonstrando fortalecimento das iniciativas voltadas ao desenvolvimento de ambientes inovadores e ao estímulo à cultura empreendedora.

Por outro lado, verifica-se que a maior parte dos indicadores permanece em apuração, especialmente aqueles vinculados à área de ensino e dependentes da Plataforma Nilo

Peçanha (PNP), cujo calendário de divulgação ocorre após o período de elaboração do Relatório de Gestão.

Adicionalmente, identificam-se indicadores cuja mensuração ainda não foi consolidada no exercício, refletindo a necessidade de aprimoramento dos processos de coleta, sistematização e acompanhamento das informações institucionais, com previsão de evolução nos ciclos subsequentes.

Nesse contexto, observa-se uma concentração dos resultados disponíveis em determinados eixos estratégicos, ao passo que outras dimensões ainda dependem da consolidação de dados para avaliação mais abrangente do desempenho institucional.

Os resultados devem ser interpretados considerando o estágio de maturidade dos indicadores e a disponibilidade de dados no exercício, não representando, portanto, avaliação conclusiva do desempenho institucional em todos os objetivos estratégicos.

De forma geral, os dados disponíveis indicam trajetória positiva do Ifal em direção às metas estabelecidas no PDI, com avanços relevantes em áreas estruturantes, ao mesmo tempo em que evidenciam a importância do contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento e avaliação institucional.

3.2 Avaliação Institucional (CPA)

A avaliação institucional no âmbito do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em conformidade com a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A CPA possui caráter autônomo e atua na coordenação dos processos de autoavaliação institucional, com a finalidade de subsidiar o planejamento, o monitoramento e a melhoria contínua das atividades acadêmicas e administrativas.

No exercício de 2025, a CPA desenvolveu atividades relacionadas à organização de seus processos internos, à articulação com unidades acadêmicas e administrativas e à preparação das bases necessárias para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI). Essas ações envolveram a realização de reuniões periódicas, a discussão de demandas específicas de cursos e a interação com setores responsáveis pela regulação e avaliação educacional.

No entanto, até a data de consolidação deste Relatório de Gestão, os resultados sistematizados da avaliação institucional referentes ao exercício de 2025 ainda se encontravam em fase de elaboração e consolidação, não sendo possível apresentar, neste momento, análises quantitativas ou qualitativas consolidadas decorrentes do processo de autoavaliação institucional.

Destaca-se que a avaliação institucional conduzida pela CPA possui dinâmica própria, com etapas que envolvem planejamento, coleta de dados, sistematização das informações e elaboração do RAI, o que implica, em determinados ciclos, defasagem temporal entre a execução das atividades avaliativas e a divulgação de seus resultados consolidados.

Adicionalmente, observou-se, no exercício, a ocorrência de fatores operacionais que impactaram a continuidade das atividades da comissão, como a necessidade de

recomposição de seus membros e o aprimoramento da organização interna dos trabalhos, aspectos que vêm sendo tratados com vistas ao fortalecimento da atuação da CPA nos ciclos subsequentes.

Nesse contexto, os resultados da avaliação institucional relativos ao exercício de 2025 serão devidamente apresentados em relatórios específicos da CPA, bem como incorporados aos processos de planejamento e gestão institucional nos exercícios seguintes, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das políticas acadêmicas e administrativas do Ifal.

3.3 Ensino (Educação Básica, Profissional e Superior)

O desempenho do ensino no Instituto Federal de Alagoas (Ifal), no exercício de 2025, é acompanhado por meio dos indicadores estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, especialmente aqueles relacionados à permanência, ao êxito estudantil e à promoção da inclusão no ambiente educacional.

Os indicadores de fluxo acadêmico — como eficiência acadêmica, taxa de conclusão, taxa de evasão e taxa de retenção — constituem instrumentos centrais para a avaliação da efetividade das ações educacionais. Contudo, parte desses indicadores depende da consolidação de dados em sistemas nacionais, especialmente a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), cujos resultados oficiais referentes ao exercício de 2025 ainda se encontravam em processo de apuração na data de elaboração deste relatório.

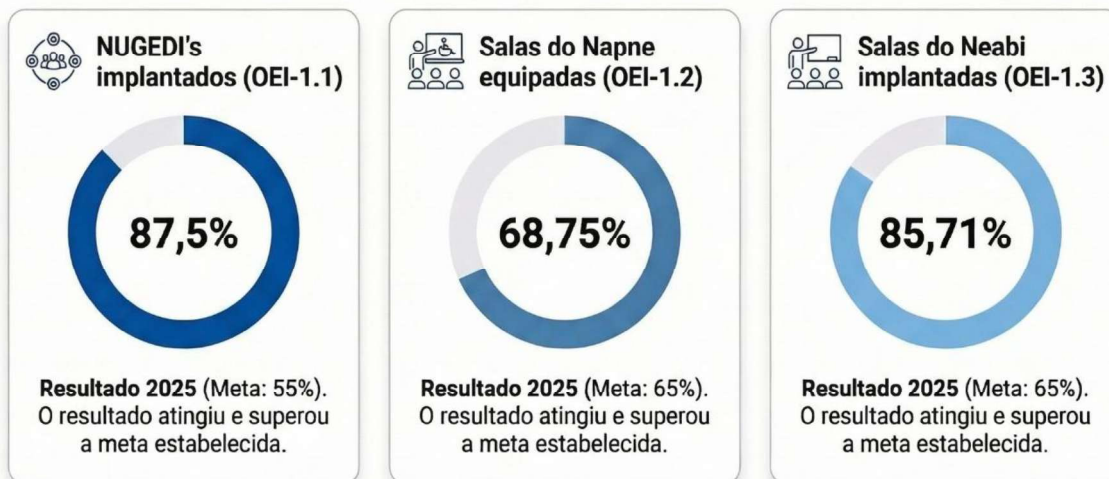
Apesar dessa limitação, foram identificados resultados consolidados relevantes em indicadores vinculados às políticas institucionais de inclusão, acessibilidade e diversidade no ensino, os quais permitem avaliar, de forma objetiva, avanços estruturais no âmbito acadêmico.

Nesse contexto, destacam-se os indicadores do Objetivo Estratégico de Inclusão (OEI-1). O indicador OEI-1.1, que mensura o percentual de implantação dos Núcleos de Gênero, Diversidade e Inclusão (NUGEDI's), alcançou o resultado de 87,5%, superando de forma expressiva a meta estabelecida de 55%. O indicador OEI-1.2, referente ao percentual de salas dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) devidamente equipadas, atingiu 68,75%, também acima da meta de 65%. Já o indicador OEI-1.3, relativo à implantação de salas destinadas aos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), apresentou resultado de 85,71%, superando a meta de 65%.

De forma consolidada, os três indicadores apresentaram desempenho igual ou superior às metas estabelecidas para 2025, indicando alinhamento efetivo das ações de ensino às diretrizes estratégicas do PDI no eixo de inclusão e equidade. Tais avanços estruturais contribuem para o aprimoramento das condições institucionais de permanência e êxito estudantil.

Resultados do Ensino – Inclusão e Equidade – Ifal 2025

Este infográfico apresenta os resultados consolidados dos indicadores de ensino do Ifal para 2025, focando na implementação de núcleos e salas voltadas à inclusão, acessibilidade e equidade. Os dados refletem o cumprimento das metas estratégicas para os indicadores com resultados disponíveis.



Síntese e Alinhamento Estratégico



Síntese: Metas Plenamente Atingidas

Todos os indicadores atingiram ou superaram as metas estabelecidas.



Alinhamento às Diretrizes do PDI

Os resultados evidenciam alinhamento das ações de ensino às diretrizes de inclusão, acessibilidade e equidade previstas no PDI.

Resultados referentes aos indicadores com dados disponíveis para o exercício de 2025.

Ainda que os dados consolidados dos indicadores de fluxo acadêmico referentes a 2025 estejam em processo de apuração, tais indicadores permanecem como referência fundamental para o planejamento e a avaliação das políticas institucionais, orientando a atuação das áreas responsáveis pelo ensino.

Nesse contexto, destaca-se a atuação da Pró-Reitoria de Ensino (Proen) no desenvolvimento de iniciativas voltadas à permanência e ao êxito estudantil. Entre essas ações, evidencia-se a implantação de espaços de acolhimento infantil vinculados ao Programa de Permanência Parental na Educação (PROPEP), com a criação do Espaço de Acolhimento Infantil “Ifalzinho”, inicialmente no Campus Marechal Deodoro, com expansão para os campi Satuba e Penedo. A iniciativa tem como objetivo apoiar estudantes com responsabilidades parentais, contribuindo para a redução de barreiras à permanência, especialmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional (EJA-EPT).

Destaca-se, ainda, o fortalecimento das ações voltadas à EJA-EPT, com a integração de políticas educacionais e de assistência estudantil, bem como a atuação da Proen na organização da oferta de cursos e no acompanhamento pedagógico institucional, em articulação com os campi. Essas ações contribuem para o alinhamento das práticas acadêmicas às diretrizes institucionais e ao cumprimento dos objetivos estratégicos do PDI.

Adicionalmente, a elevada relação entre inscritos e vagas ofertadas, apresentada no item 3.1, evidencia a forte demanda social pelos cursos do Ifal e reforça a relevância institucional da oferta educacional. Esse cenário amplia a responsabilidade da instituição quanto à implementação de estratégias que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudantes.

De forma geral, o ensino no Ifal, no exercício de 2025, evidencia avanço estruturado e consistente nas políticas institucionais de inclusão e permanência estudantil, em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos no PDI 2024–2028, permanecendo o acompanhamento dos indicadores de fluxo acadêmico como elemento central para a avaliação dos resultados institucionais após a consolidação dos dados oficiais.

3.4 Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

As atividades de pesquisa, inovação e pós-graduação no Instituto Federal de Alagoas (Ifal), no exercício de 2025, foram desenvolvidas em alinhamento aos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, contribuindo para o fortalecimento da produção científica, tecnológica e da formação acadêmica em nível avançado.

O acompanhamento do desempenho institucional nessa área ocorre por meio de indicadores estratégicos definidos no PDI, conforme apresentado no item 3.1 deste relatório. Contudo, parte desses indicadores encontra-se em processo de consolidação na data de elaboração deste documento, sendo complementados por informações institucionais produzidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPI).

No exercício de 2025, observa-se a ampliação da capacidade institucional de captação de recursos externos voltados à infraestrutura de pesquisa, bem como o fortalecimento das atividades de formação científica, produção tecnológica e inovação.

Resultados em Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação – Ifal (2025)

Síntese dos principais resultados institucionais no exercício de 2025, com base em dados da PRPPI



CAPTAÇÃO DE RECURSOS (Destaque Principal)

R\$ 13,3 milhões em fomento à pesquisa

Valor total captado para modernização da infraestrutura científica institucional através de diferentes fontes de financiamento.

Detalhamento das Fontes de Recursos

FINEP PROINFRA Regional (R\$ 11.464.029,37)
FINEP Manutenção de Equipamentos (R\$ 1.815.722,71)
MEC Pró-Equipamentos (R\$ 40.000,00)



PROPRIEDADE INTELLECTUAL

138 ativos registrados em 2025

Crescimento significativo em relação ao exercício anterior, demonstrando o fortalecimento da cultura de proteção à inovação.



Inclusão de Registros de Software

Destaque para o aumento de depósitos e registros de programas de computador junto ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).



FORMAÇÃO CIENTÍFICA



321 projetos de iniciação científica e tecnológica

Iniciativas que conectam estudantes à prática da pesquisa aplicada em diversos campi.

283 bolsistas em 2025

Estudantes beneficiados com apoio financeiro para dedicação às atividades de pesquisa e inovação.



AMBIENTES DE INOVAÇÃO

943 pessoas atendidas e 1.106 certificados

Alcance das ações promovidas pelos polos e centros de inovação vinculados ao Ifal.



Índice de satisfação: 93,1%

Alta aprovação dos usuários em relação aos serviços e capacitações oferecidos nos ambientes de inovação.



GOVERNANÇA E ÉTICA EM PÉSQUISA

Eficiência no Comitê de Ética (CEPSH)

Realização de 13 reuniões com 73 protocolos analisados e 117 pareceres emitidos no ano.



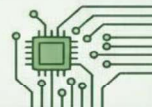
Tempo médio de análise: 15 dias

Agilidade processual que garante a celeridade no início dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos.



Observação Institucional

Proposta de credenciamento de unidade EMBRAPPI em Tecnologias Ambientais em desenvolvimento.



Destaca-se a captação de aproximadamente R\$ 13,3 milhões em recursos destinados ao fomento à pesquisa, com aportes oriundos de diferentes fontes de financiamento, especialmente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no âmbito do programa PROINFRA Regional, e de iniciativas voltadas à manutenção de equipamentos científicos. Esses investimentos contribuem para a modernização da infraestrutura laboratorial e para o fortalecimento das condições institucionais de desenvolvimento científico.

No campo da formação científica, a iniciação científica e tecnológica alcançou, em 2025, o total de 321 projetos desenvolvidos e 283 bolsistas envolvidos, evidenciando a ampliação da participação discente em atividades de pesquisa e o fortalecimento da integração entre ensino e produção do conhecimento.

No que se refere à inovação, verifica-se a consolidação da produção e proteção do conhecimento institucional, com o registro de 138 ativos de propriedade intelectual, número superior ao observado no exercício anterior. Esse resultado reforça o avanço institucional na geração de soluções tecnológicas e na valorização da propriedade intelectual.

A atuação nos ambientes de inovação também apresentou resultados relevantes, com a realização de 943 atendimentos e a emissão de 1.106 certificados, associados a ações de formação tecnológica e inovação aplicada. O índice de satisfação de 93,1% evidencia a percepção positiva dos usuários em relação às atividades desenvolvidas nesses espaços.

Adicionalmente, a atuação dos comitês de ética em pesquisa demonstra a consolidação dos mecanismos de governança científica. Em 2025, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) realizou 13 reuniões, analisou 73 protocolos e emitiu 117 pareceres, com tempo médio de análise de 15 dias, contribuindo para a regularidade e a qualidade das atividades de pesquisa desenvolvidas na instituição.

No âmbito da pós-graduação, destaca-se a continuidade da oferta de cursos lato sensu e programas de mestrado, bem como a adoção de medidas voltadas à melhoria dos processos institucionais, a exemplo da implementação de edital unificado para cursos de especialização, contribuindo para a padronização e a eficiência administrativa.

Ressalta-se, ainda, a atuação institucional voltada à ampliação da capacidade de inovação, com a submissão de proposta para credenciamento de unidade EMBRAP II na área de Tecnologias Ambientais, iniciativa estratégica que se encontra em desenvolvimento.

De forma geral, os resultados observados em 2025 evidenciam o fortalecimento das atividades de pesquisa, inovação e pós-graduação no Ifal, com avanços na captação de recursos, na formação científica, na produção tecnológica e na consolidação de estruturas institucionais de apoio à pesquisa, em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos no PDI 2024–2028.

3.5 Extensão e Relações Institucionais

A Extensão no Instituto Federal de Alagoas (Ifal), no exercício de 2025, consolidou-se como eixo estratégico de articulação entre a instituição e a sociedade, promovendo inclusão social, desenvolvimento territorial e integração entre ensino, pesquisa e práticas comunitárias. Os resultados alcançados evidenciam não apenas a execução de ações, mas a geração de impactos mensuráveis e alinhados aos objetivos institucionais estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028).

No âmbito do Objetivo Estratégico de Extensão (OEA-1), observa-se desempenho significativamente superior às metas pactuadas. O indicador OEA-1.1 (Municípios beneficiados) registrou atendimento a 74 municípios em 2025, superando de forma expressiva a meta de 50 e evidenciando ampliação da cobertura territorial do Ifal. Em perspectiva

evolutiva, verifica-se crescimento em relação a 2024, reforçando a expansão contínua da atuação institucional no estado de Alagoas.

De forma ainda mais expressiva, o indicador OEA-1.2 (Pessoas participantes) alcançou 41.036 participantes, superando amplamente a meta de 19.000 e representando crescimento substancial em relação ao exercício anterior. Esse resultado demonstra elevada capacidade de mobilização social e consolidação da extensão como instrumento de democratização do acesso às ações institucionais.

No que se refere à articulação institucional, o indicador OEA-1.3 (Efetividade das parcerias) atingiu o índice máximo de 100%, superando a meta de 82,5%. Esse desempenho evidencia maturidade na construção de redes colaborativas com órgãos públicos, setor produtivo e organizações da sociedade civil, ampliando a capacidade de resposta institucional às demandas sociais.

No campo do empreendedorismo e da inovação, os resultados também se destacam. O indicador OEI-4.1 (Ações de cooperativismo e empreendedorismo) registrou 60 ações realizadas, duplicando a meta prevista de 30, enquanto o indicador OEI-4.3 (Empresas Juniores) atingiu integralmente a meta de sete unidades em funcionamento. Esses resultados demonstram fortalecimento do ecossistema de inovação e da formação empreendedora no âmbito institucional.

Os resultados quantitativos observados refletem a execução de programas e ações estruturantes com elevado impacto social. Destaca-se o programa Mulheres Mil, com 603 vagas ofertadas e 527 concluintes, promovendo inclusão produtiva e autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade. O programa de Aquicultura, com 240 vagas e 181 concluintes, contribuiu para o fortalecimento de cadeias produtivas locais. Já o programa Partiu IF ofertou 640 vagas, alcançou 593 concluintes e resultou na aprovação de 283 estudantes em processos seletivos institucionais, evidenciando impacto direto no acesso à educação.

Paralelamente, a política de extensão foi materializada por meio de uma ampla diversidade de ações institucionais, incluindo projetos não vinculados a programas, iniciativas culturais no âmbito do Artifal, ações dos programas Minha Comunidade, Agricultura Familiar (PEAF), Mulheres Empreendedoras e Economia Solidária (Ecosol), além da oferta de cursos de formação inicial e continuada e da realização de eventos extensionistas em diversos campi. Nesse contexto, destaca-se a realização da 10ª Mostra de Extensão, que reuniu 809 participantes e consolidou-se como espaço institucional de socialização de resultados e fortalecimento das práticas extensionistas.

A integração entre formação acadêmica e mundo do trabalho também se apresenta como resultado relevante, com o registro de 2.750 estágios e 91 contratos de aprendizagem, evidenciando a contribuição da extensão para a formação profissional, empregabilidade e inserção dos estudantes no contexto socioeconômico.

A efetividade das ações extensionistas é corroborada pela percepção da comunidade. Em 2025, pesquisa institucional com 8.280 respondentes apontou índice de satisfação de 96,21%, o que confirma a aderência das ações às necessidades sociais e reforça o reconhecimento do Ifal como instituição pública de referência no desenvolvimento regional.

Conforme abaixo os resultados da extensão em 2025 evidenciam desempenho institucional superior às metas, forte expansão territorial, elevada participação social e alto grau de efetividade das parcerias, compondo um cenário de consolidação e maturidade da política de extensão.

Resultados da Extensão – Ifal 2025



Por outro lado, identifica-se como ponto de aprimoramento o indicador OEA-2.2 (Ações integradoras entre ensino, pesquisa e extensão), que não apresentou mensuração no exercício de 2025. Tal cenário indica a necessidade de aperfeiçoamento metodológico e institucionalização de mecanismos de monitoramento, já em desenvolvimento, com previsão de consolidação nos exercícios subsequentes.

Em síntese, os resultados alcançados demonstram elevada eficiência na aplicação dos recursos públicos, significativa capacidade de mobilização institucional e impacto direto nas políticas públicas locais, especialmente no fortalecimento de arranjos produtivos regionais, na inclusão social e na qualificação profissional. A extensão, nesse contexto, reafirma seu papel como vetor estratégico para o cumprimento da missão institucional do Ifal.

3.6 Assistência Estudantil e Permanência

A Assistência Estudantil no Instituto Federal de Alagoas (Ifal) constitui eixo estratégico para a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes, em consonância com os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028. No exercício de 2025, a atuação institucional nessa área foi acompanhada por meio de indicadores específicos, com destaque para aqueles relacionados à cobertura das políticas de apoio e ao atendimento aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os resultados observados evidenciam desempenho institucional consistente e, em todos os indicadores disponíveis, superior às metas estabelecidas para o exercício. O indicador OEP-1.1, que mensura a taxa de discentes beneficiados/as com alimentação escolar, alcançou o percentual de 74,9% em 2025, superando de forma significativa a meta anual de 30%, o que representa desempenho equivalente a aproximadamente 2,5 vezes o valor planejado. Em comparação com o resultado de 2024, que registrou 59,68%, observa-se ampliação expressiva da cobertura dessa política, indicando fortalecimento das ações voltadas à garantia de condições básicas de permanência.

No que se refere ao indicador OEP-1.2, que trata do percentual de discentes elegíveis beneficiados com auxílios e bolsas da assistência estudantil, o resultado de 77,06% também superou a meta estabelecida, indicando desempenho significativamente superior ao valor planejado e evidenciando elevada capacidade institucional de atendimento ao público prioritário. De forma complementar, o indicador OEP-1.8, que mensura a taxa de discentes atendidos pela assistência estudantil, atingiu 73,34% em 2025, igualmente acima do previsto, indicando desempenho superior ao planejado e reforçando a abrangência das políticas implementadas. Ainda que não estejam disponíveis séries históricas consolidadas para todos os indicadores, os resultados de 2025 indicam tendência de ampliação da cobertura das políticas de assistência estudantil no âmbito institucional.

Indicadores da Assistência Estudantil e Permanência no Ifal (2024–2025)

OEP-1.1
Taxa de discentes beneficiados/as com alimentação escolar

2024: 59,68%

74,9%

Meta 2025: 30%

O resultado de 2025 superou a meta anual estabelecida. Resultado de 2025 equivalente a aproximadamente 2,5 vezes o valor planejado.

OEP-1.2
Discentes elegíveis beneficiados com auxílios/bolsas da assistência estudantil

2024: 84,57%

77,06%

Meta 2025: 75%

OEP-1.8
Taxa de discentes atendidos pela assistência estudantil

2024: 71,74%

73,34%

Meta 2025: 70%

Síntese Institucional

Os resultados indicam ampliação da cobertura das políticas de assistência estudantil no exercício de 2025.

Rodapé: Resultados referentes aos indicadores com dados disponíveis para o exercício de 2025.

Os resultados apresentados demonstram a expansão da cobertura das políticas de assistência estudantil e indicam avanço institucional no atendimento às demandas sociais dos discentes, contribuindo para a redução de barreiras de permanência no percurso acadêmico. A ampliação do acesso à alimentação escolar, bem como o elevado percentual de estudantes beneficiados por auxílios e bolsas, reforça o papel da assistência estudantil como instrumento de inclusão e equidade no âmbito da educação pública federal. Tais resultados reforçam, ainda, a contribuição da política de assistência estudantil para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, especialmente na mitigação de desigualdades sociais e na ampliação das condições de acesso e permanência na educação profissional e tecnológica.

Adicionalmente, as ações de assistência estudantil desenvolvidas no Ifal estão articuladas às iniciativas pedagógicas e às políticas de ensino, especialmente no âmbito do Objetivo Estratégico Permanente 1, que visa assegurar condições adequadas de acesso, permanência e êxito dos estudantes. Essa integração contribui para a consolidação de uma abordagem institucional sistêmica, que considera os fatores socioeconômicos como elementos relevantes para o desempenho acadêmico, ainda que a correlação direta com indicadores de fluxo acadêmico — como evasão, retenção e conclusão — dependa de análises complementares.

Não obstante os resultados positivos, observa-se que a análise da efetividade das políticas de assistência estudantil ainda apresenta limitações decorrentes da indisponibilidade, até o

momento, de informações complementares relativas ao detalhamento financeiro das ações, à tipologia dos auxílios concedidos e à correlação direta entre o atendimento estudantil e os indicadores de fluxo acadêmico. Nesse sentido, tais informações foram formalmente solicitadas à área responsável, com vistas ao aprimoramento das análises nas próximas edições do Relatório de Gestão.

De forma geral, a Assistência Estudantil no Ifal, no exercício de 2025, evidencia-se como política institucional consolidada, com elevada capacidade de atendimento, desempenho superior às metas estratégicas e contribuição relevante para a permanência estudantil, reafirmando o compromisso institucional com a inclusão social, com a garantia do direito à educação pública de qualidade e com o alcance dos objetivos estratégicos institucionais no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

3.7 Gestão de Pessoas

3.7.1 Contextualização da Gestão de Pessoas no Ifal

A gestão de pessoas no Instituto Federal de Alagoas (Ifal) constitui dimensão estratégica para o alcance dos objetivos institucionais estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028. A atuação da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) está orientada para o desenvolvimento dos servidores, a promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho, bem como o aprimoramento dos processos de gestão e desempenho.

Nesse contexto, a política de gestão de pessoas busca alinhar as ações institucionais às necessidades organizacionais, promovendo condições adequadas para o exercício das atividades acadêmicas e administrativas, com foco na valorização do servidor e na melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

3.7.2 Programas e Ações Institucionais

No exercício de 2025, a DGP desenvolveu um conjunto estruturado de programas e ações voltados ao fortalecimento da gestão de pessoas. Destacam-se o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que contribui para a organização do trabalho e o acompanhamento de resultados, e o Programa de Iniciação ao Serviço Público, voltado à integração de novos servidores.

Adicionalmente, o programa “DGP Mais Perto de Você” promoveu ações de orientação e aproximação com os servidores, incluindo temas relacionados ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP). No campo normativo, avançou-se na elaboração da minuta da Política de Gestão de Pessoas, com vistas à consolidação de diretrizes institucionais mais estruturadas.

No âmbito da saúde e qualidade de vida no trabalho, foram realizadas ações vinculadas à Política de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (PSQVT), incluindo campanhas temáticas e iniciativas voltadas ao bem-estar dos servidores. Destaca-se, ainda, a atuação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), responsável pela realização de perícias oficiais e pelo acompanhamento dos afastamentos por motivo de saúde.

3.7.3 Indicadores Estratégicos e Resultados

A avaliação da gestão de pessoas no Ifal está diretamente vinculada aos indicadores estratégicos definidos no PDI, com destaque para o índice de satisfação do clima organizacional (OEI-3.1) e a taxa de implementação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (OEP-5.2).

No exercício de 2025, o indicador OEI-3.1 não foi apurado, em razão da não realização da pesquisa de clima organizacional, cuja aplicação foi inviabilizada no período e está prevista para o exercício de 2026. A ausência de mensuração desse indicador compromete o monitoramento estratégico do ambiente organizacional, reduzindo a capacidade institucional de avaliar o nível de satisfação, engajamento e percepção dos servidores.

Por sua vez, o indicador OEP-5.2 apresentou resultado de 47,51% de implementação do PDP em 2025. Esse desempenho evidencia a execução parcial das ações de capacitação e desenvolvimento previstas, indicando a necessidade de aprimoramento da governança da capacitação institucional, especialmente no que se refere ao planejamento, à execução e ao acompanhamento das ações formativas.

Indicadores Estratégicos da Gestão de Pessoas no Ifal (2024–2025)

OEI-3.1: Clima organizacional 2025: Não aplicado (Motivo: Greve). Previsto para 2026. Status final: Não mensurado.	OEP-5.2: Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2025: 47,51%. Situação: Execução parcial. Status final: Implementação parcial.	Síntese da Gestão Execução parcial das ações e ausência de mensuração do clima indicam necessidade de fortalecer o monitoramento.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Resultados dos indicadores disponíveis para o exercício de 2025.

A síntese dos indicadores evidencia a coexistência de avanços e limitações no monitoramento estratégico da gestão de pessoas, com destaque para a execução parcial do PDP e para a ausência de mensuração do clima organizacional no exercício.

3.7.4 Saúde do Servidor e SIASS

A atuação do SIASS no Ifal constitui elemento central da política institucional de atenção à saúde do servidor, abrangendo a realização de perícias oficiais e o acompanhamento dos afastamentos por motivo de saúde. Os dados apresentados evidenciam a continuidade das atividades relacionadas à gestão dos afastamentos e ao suporte institucional aos servidores.

Paralelamente, as ações de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho foram desenvolvidas por meio de campanhas temáticas e programas institucionais voltados à prevenção de agravos e à promoção do bem-estar. Contudo, observa-se que tais iniciativas ainda apresentam limitações quanto à mensuração de seus resultados, o que limita a avaliação de efetividade das políticas institucionais de saúde do servidor.

3.7.5 Análise Crítica da Gestão de Pessoas

A análise dos resultados de 2025 evidencia que a gestão de pessoas no Ifal manteve a execução de ações relevantes voltadas ao desenvolvimento e à valorização dos servidores. Entretanto, identificam-se limitações relacionadas à mensuração e ao monitoramento dos resultados estratégicos.

A não realização da pesquisa de clima organizacional configura uma lacuna relevante no acompanhamento do ambiente institucional, comprometendo o diagnóstico organizacional e a tomada de decisão baseada em evidências. Ainda que haja justificativa para sua não aplicação no exercício, a ausência do indicador reforça a necessidade de priorização de sua implementação no ciclo seguinte.

No que se refere ao PDP, a execução parcial das ações indica a necessidade de fortalecimento da governança da capacitação institucional, com aprimoramento dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação das iniciativas de desenvolvimento de pessoas.

Adicionalmente, observa-se que as ações de saúde e qualidade de vida, embora relevantes do ponto de vista institucional, ainda carecem de indicadores que permitam avaliar seus impactos, configurando uma oportunidade de aprimoramento da gestão orientada por resultados na área.

3.7.6 Síntese Institucional

De forma geral, a gestão de pessoas no Ifal, no exercício de 2025, caracteriza-se pela continuidade das ações institucionais voltadas ao desenvolvimento, à valorização e ao bem-estar dos servidores. Contudo, os resultados evidenciam a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação, especialmente no que se refere à mensuração do clima organizacional e à ampliação da efetividade do Plano de Desenvolvimento de Pessoas.

A perspectiva para o exercício de 2026 inclui a realização da pesquisa de clima organizacional e o aprimoramento dos instrumentos de acompanhamento das ações de gestão de pessoas, contribuindo para o fortalecimento da governança institucional e para a consolidação de uma gestão orientada por evidências.

3.8 Infraestrutura, Tecnologia da Informação e Sustentabilidade

O desempenho institucional do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), no exercício de 2025, no que se refere à infraestrutura física, à tecnologia da informação e à sustentabilidade, é acompanhado por meio de indicadores estratégicos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, especialmente aqueles vinculados ao Objetivo Estratégico OEP-2 e ao Objetivo Estratégico Institucional OEI-2.

De forma integrada, essas dimensões estruturam as condições materiais, tecnológicas e ambientais necessárias ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, contribuindo diretamente para a qualidade da oferta educacional, a eficiência da gestão e a consolidação das políticas institucionais.

Infraestrutura Física

No âmbito da infraestrutura física, a Diretoria de Expansão (DIEX) apresentou desempenho positivo nos indicadores estratégicos vinculados ao OEP-2. Em 2025, a Taxa de Infraestrutura Física Mínima para Laboratórios de Cursos Técnicos (OEP-2.1) atingiu 80,82%, superando a meta anual de 65%, o que corresponde a um alcance de aproximadamente 124,3% da meta estabelecida. De forma semelhante, a Taxa de Infraestrutura Física Mínima Administrativa e de Apoio (OEP-2.3) alcançou 77,45%, representando cerca de 119,1% da meta anual.

Esses resultados evidenciam avanço consistente na adequação dos espaços institucionais às exigências pedagógicas, normativas e operacionais, com reflexos diretos na ampliação da capacidade de oferta e na melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

Paralelamente, os relatórios da área demonstram a continuidade de obras de expansão, consolidação e reestruturação de unidades, com destaque para empreendimentos em diferentes estágios de execução física. Tais iniciativas ampliam a capacidade institucional de atendimento à demanda educacional e fortalecem a infraestrutura necessária à diversificação e qualificação da oferta de cursos.

De forma geral, observa-se um cenário de evolução progressiva da infraestrutura física, com resultados que indicam aderência às metas institucionais e reforçam a capacidade do Ifal de sustentar, no médio prazo, a expansão e a consolidação de suas atividades acadêmicas e administrativas.

INFRAESTRUTURA FÍSICA – RESULTADOS 2025 (IFAL)

BLOCO 1: Contexto e Monitoramento



Monitoramento da Infraestrutura Física

Indicadores do PDI avaliam a adequação de laboratórios e ambientes administrativos institucionais.

BLOCO 2: Indicadores de Infraestrutura Mínima (DIEX)



Laboratórios de Cursos Técnicos (OEP-2.1)

80,82%

Resultado Real

Meta PDI: 65%



124% do objetivo



Infraestrutura Administrativa (OEP-2.3)

77,45%

Resultado Real

Meta PDI: 65%



119% do objetivo

BLOCO 3: Síntese do Desempenho Institucional



Consolidação da Infraestrutura

Desempenho superior às metas estabelecidas, melhorando as condições de ensino e suporte.

Tecnologia da Informação

No campo da tecnologia da informação, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) apresentou desempenho expressivo no indicador Taxa de Infraestrutura mínima de TI (OEP-2.2), alcançando 92,48% em 2025, frente a uma meta anual de 82%, o que representa aproximadamente 112,8% de alcance da meta.

Esse resultado reflete a consolidação de iniciativas voltadas à modernização tecnológica institucional, incluindo a ampliação da infraestrutura de rede, a atualização de equipamentos, a implantação de sistemas corporativos e o fortalecimento das práticas de governança e segurança da informação.

Destacam-se, ainda, avanços em métricas complementares, como o índice de governança de tecnologia da informação (iGOVSisp) e a implementação de programas institucionais de privacidade e proteção de dados, os quais contribuem para o aprimoramento contínuo da gestão tecnológica, ainda que não componham diretamente o conjunto de indicadores do PDI.

O desempenho observado evidencia o papel estratégico da tecnologia da informação como elemento transversal às atividades finalísticas da instituição, promovendo maior integração

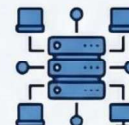
dos processos, suporte às atividades acadêmicas e administrativas e incremento da eficiência organizacional.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – RESULTADOS 2025 (IFAL)

1. Contexto e Monitoramento

Avaliação de Indicadores Institucionais

Os indicadores de tecnologia da informação avaliam a disponibilidade, a adequação e a modernização da infraestrutura tecnológica, além do nível de governança digital institucional.



2. Indicador de Infraestrutura de TI (DTI)

Infraestrutura mínima de TI (OEP-2.2)

113% do objetivo alcançado

Meta PDI

82%

92,48% 92,48%

O IFAL alcançou um resultado real de **92,48%** em 2025, superando significativamente a Meta PDI estabelecida de **82%**. O desempenho representa um alcance de **112,8%** (arredondado para **113%**) em relação à meta anual planejada, demonstrando alta eficácia na modernização.

3. Avanços em Governança e Transformação Digital



Implantação de Sistemas Institucionais Integrados

Consolidação de iniciativas voltadas à integração de processos corporativos e atualização de equipamentos.



Evolução da Governança de TI (iGOVSisp)

Avanços expressivos em métricas de gestão e governança de tecnologia da informação no âmbito do SISP.



Privacidade e Proteção de Dados

Implementação rigorosa de práticas e programas institucionais voltados à segurança da informação e proteção de dados pessoais.

4. Síntese do Desempenho Institucional

Fortalecimento da Infraestrutura Tecnológica

O desempenho evidencia a consolidação da TI como elemento transversal, promovendo integração de processos, suporte acadêmico e maior eficiência organizacional.



Sustentabilidade

No que se refere à sustentabilidade, a Coordenação de Sustentabilidade, vinculada à Diretoria de Planejamento Institucional (DPI), apresentou resultados nos indicadores OEI-2.1 e OEI-2.2, que tratam da implementação de ações administrativas e acadêmicas voltadas à sustentabilidade ambiental.

Em 2025, a Taxa de Implementação de Ações Administrativas de Sustentabilidade (OEI-2.1) atingiu 17,6%, enquanto a Taxa de Implementação de Ações Acadêmicas de Sustentabilidade (OEI-2.2) alcançou 23,5%, frente a metas anuais mais elevadas estabelecidas no planejamento institucional.

Os relatórios da área evidenciam a realização de diversas iniciativas no âmbito do Plano de Logística Sustentável (PLS), abrangendo ações relacionadas ao consumo de recursos naturais, à gestão de resíduos, às compras sustentáveis e à promoção da qualidade de vida

no trabalho. Tais iniciativas indicam um movimento institucional relevante de incorporação de práticas sustentáveis.

Observa-se, contudo, que os resultados mensurados refletem um processo gradual de consolidação dessas ações no âmbito institucional, indicando a importância da continuidade dos esforços voltados à ampliação da capilaridade, à sistematização dos processos e ao fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação.

Adicionalmente, verifica-se que os dados da área encontram-se em processo de integração aos sistemas institucionais de acompanhamento do PDI, o que tende a aprimorar a consistência e a comparabilidade das informações nos próximos ciclos de avaliação.

De forma geral, a sustentabilidade apresenta-se como um eixo em desenvolvimento, com avanços institucionais relevantes e perspectivas de fortalecimento progressivo no alinhamento entre planejamento, execução e monitoramento das ações.

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL — RESULTADOS 2025 (IFAL)

1. Contexto e Monitoramento



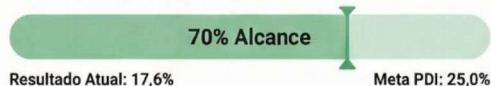
Avaliação da Gestão Ambiental Institucional

Os indicadores de sustentabilidade avaliam a implementação de ações institucionais voltadas à gestão ambiental, considerando dimensões administrativas e acadêmicas.

2. Indicadores de Sustentabilidade (DPI)

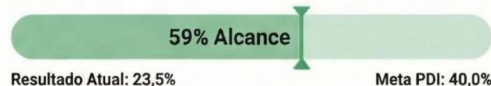
Ações Administrativas (OEI-2.1): 70% de Alcance

O indicador registrou 17,6% de implementação frente à meta estabelecida de 25% pelo PDI.



Ações Acadêmicas (OEI-2.2): 59% de Alcance

O indicador registrou 23,5% de implementação para uma meta planejada de 40%.



3. Iniciativas de Sustentabilidade Institucional



Gestão de recursos e resíduos sólidos

Foco no monitoramento constante do consumo e na garantia da destinação final adequada dos materiais.



Uso eficiente de recursos naturais

Estratégias de otimização para redução do consumo de água, energia elétrica e materiais de consumo.



Compras sustentáveis

Aplicação rigorosa de critérios e exigências ambientais nos processos de aquisições e contratações.



Qualidade de vida no trabalho

Implementação de ações institucionais permanentes voltadas ao bem-estar e saúde do servidor.

4. Síntese do Desempenho Institucional



Desenvolvimento Progressivo da Sustentabilidade

Os resultados refletem um processo gradual de consolidação das ações de sustentabilidade, com avanços na implementação de práticas ambientais e perspectivas de fortalecimento nos próximos ciclos.

Síntese Integrada

A análise conjunta das dimensões de infraestrutura física, tecnologia da informação e sustentabilidade evidencia que, no exercício de 2025, o Ifal apresentou desempenho consistente na consolidação de sua base estrutural, com superação das metas estabelecidas nos principais indicadores vinculados à infraestrutura física e tecnológica.

Observa-se, nesse contexto, um nível mais avançado de maturidade institucional nas dimensões relacionadas à infraestrutura e à tecnologia da informação, que se apresentam como pilares consolidados de suporte às atividades acadêmicas e administrativas.

Por sua vez, a sustentabilidade, embora respaldada por um conjunto significativo de iniciativas institucionais, encontra-se em processo de fortalecimento de sua institucionalização e de seus mecanismos de monitoramento, com tendência de evolução nos próximos ciclos de planejamento.

De forma integrada, os resultados indicam um cenário de desenvolvimento institucional equilibrado, no qual diferentes dimensões avançam em ritmos próprios, contribuindo, de forma integrada, para o fortalecimento contínuo da capacidade institucional e para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI 2024–2028.

3.9 Comunicação Institucional

A comunicação institucional do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), no exercício de 2025, consolidou-se como um eixo estratégico de apoio à gestão, contribuindo para a transparência, o fortalecimento da imagem institucional e a ampliação do diálogo com a sociedade. As ações desenvolvidas pelo Departamento de Comunicação e Eventos (DCE) estiveram alinhadas às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, com ênfase na estruturação da área e na implementação de estratégias integradas de comunicação.

No âmbito dos indicadores estratégicos do PDI, destacam-se o OEP-4.1, que trata da estruturação do Departamento de Comunicação, e o OEA-3.9, relacionado à implementação de estratégias de comunicação interna. Em 2025, tais indicadores não tiveram resultados mensurados, encontrando-se em processo de consolidação metodológica. Ainda assim, as ações desenvolvidas ao longo do exercício evidenciam avanços concretos na organização dos fluxos de comunicação e na integração institucional.

Os resultados observados nos canais institucionais evidenciam a ampliação do alcance da comunicação do Ifal. O portal institucional registrou aproximadamente 771 mil usuários e mais de 3,2 milhões de visualizações de páginas em 2025, consolidando-se como a principal fonte de informação institucional.

Nas redes sociais, o Instagram alcançou 65,6 mil seguidores, com crescimento expressivo ao longo do ano e elevado volume de alcance e interações. O Facebook apresentou redução no número de seguidores, refletindo mudanças no comportamento dos usuários e na dinâmica das plataformas digitais, sem impacto relevante na efetividade global da comunicação.

No ambiente audiovisual, o canal oficial do Ifal no YouTube atingiu 11,8 mil inscritos, com a publicação de 55 vídeos e a realização de 18 transmissões ao vivo, totalizando mais de 47 mil visualizações. Esses resultados refletem o fortalecimento da estratégia digital e a ampliação da capacidade interna de produção de conteúdo.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: RESULTADOS 2025

Este infográfico sintetiza o desempenho das plataformas digitais e a produtividade editorial do IFAL em 2025, refletindo as diretrizes de transparência e fortalecimento da imagem institucional previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028.

Bloco 1: Alcance Digital e Canais



Bloco 2: Produção e Posicionamento



A produção de conteúdo e a cobertura institucional também apresentaram resultados expressivos. Ao longo de 2025, foram produzidas mais de 580 matérias jornalísticas e prestado suporte a mais de 70 eventos institucionais, incluindo cerimônias oficiais, atividades acadêmicas e eventos estratégicos. Esse volume evidencia o fortalecimento da comunicação como área de suporte às atividades finalísticas da instituição.

No campo do posicionamento institucional, o Ifal alcançou destaque nacional ao ocupar a 4ª posição entre os Institutos Federais no ranking Social Media Gov, com mais de 146 mil interações no primeiro semestre de 2025. Esse resultado reforça a efetividade das estratégias adotadas e a capacidade da instituição de dialogar com seus públicos de forma qualificada.

Entre as iniciativas estruturantes, destacam-se a atualização do Manual de Mídias Digitais, o fortalecimento da comunicação integrada e a atuação em campanhas institucionais estratégicas, como processos seletivos, divulgação de cursos e ações temáticas. Essas iniciativas contribuíram para padronizar a comunicação, qualificar os fluxos informacionais e ampliar a presença institucional nos ambientes digitais.

De forma geral, os resultados de 2025 evidenciam a consolidação da comunicação institucional do Ifal como instrumento estratégico de gestão. Observa-se a ampliação do alcance, a diversificação dos canais e o fortalecimento da relação com a sociedade, além do

avanço progressivo na organização das práticas de comunicação e na construção de bases para mensuração mais estruturada nos ciclos seguintes.

3.10 Síntese dos Principais Avanços, Desafios e Perspectivas

A análise integrada dos resultados apresentados nas seções anteriores evidencia que, no exercício de 2025, o Instituto Federal de Alagoas (Ifal) manteve trajetória consistente de desenvolvimento institucional, com avanços relevantes nas diferentes áreas de atuação e progressiva consolidação das diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028.

Entre os principais avanços, destaca-se o aprimoramento das estruturas institucionais de suporte às atividades finalísticas, especialmente nas áreas de infraestrutura, tecnologia da informação e comunicação institucional, que apresentaram níveis mais elevados de maturidade organizacional. Observa-se, ainda, a ampliação da capacidade de execução institucional, com crescimento na produção de conteúdos, na implementação de ações estratégicas e no alcance junto aos públicos internos e externos. No campo da comunicação, por exemplo, os resultados evidenciam aumento expressivo de usuários e visualizações no portal institucional, expansão das redes sociais e reconhecimento nacional em ranking especializado.

Por outro lado, permanecem desafios relacionados, sobretudo, à consolidação dos mecanismos de monitoramento e mensuração de resultados em determinadas áreas estratégicas. Parte dos indicadores do PDI ainda se encontra em fase de estruturação metodológica ou depende de bases externas de dados, o que limita uma análise mais abrangente do desempenho institucional em 2025. Adicionalmente, identifica-se a necessidade de fortalecimento da integração entre áreas e da ampliação do uso de dados estruturados como suporte à tomada de decisão.

No que se refere às perspectivas, o cenário institucional aponta para a continuidade do processo de evolução das práticas de gestão, com avanço esperado na consolidação dos indicadores estratégicos, no aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento e na maior integração entre planejamento e execução. Espera-se, ainda, o fortalecimento de iniciativas orientadas à melhoria da qualidade dos serviços ofertados e à ampliação do acesso da sociedade às ações institucionais.

De forma geral, os resultados de 2025 indicam um ambiente institucional em evolução, com bases estruturais já consolidadas em algumas dimensões e em processo de aprimoramento em outras, evidenciando a capacidade do Ifal de avançar de forma equilibrada e alinhada aos seus objetivos estratégicos, contribuindo para a geração de valor público por meio da qualificação da gestão, do fortalecimento da transparência e da ampliação do impacto social de suas ações.

4 — INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

O presente capítulo tem por finalidade apresentar as principais informações relacionadas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), no exercício de 2025, evidenciando a forma como os recursos públicos foram planejados, executados e geridos ao longo do período.

A análise contempla não apenas os aspectos quantitativos da execução orçamentária e financeira, mas também elementos qualitativos associados à eficiência na aplicação dos recursos, à captação de fontes adicionais de financiamento e à gestão dos ativos institucionais, permitindo uma visão integrada do desempenho institucional sob a perspectiva econômico-financeira.

As informações apresentadas neste capítulo têm como base os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as demonstrações contábeis do exercício de 2025 e os dados consolidados pelas áreas responsáveis pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial da instituição, assegurando consistência e confiabilidade às análises realizadas.

4.1 Planejamento Orçamentário e Fontes de Recursos

O planejamento orçamentário do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) para o exercício de 2025 foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como com as orientações do Ministério da Educação (MEC), especialmente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Esse planejamento tem como finalidade garantir a adequada alocação dos recursos públicos destinados ao funcionamento da instituição e à execução de suas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, além das ações administrativas necessárias ao funcionamento das unidades.

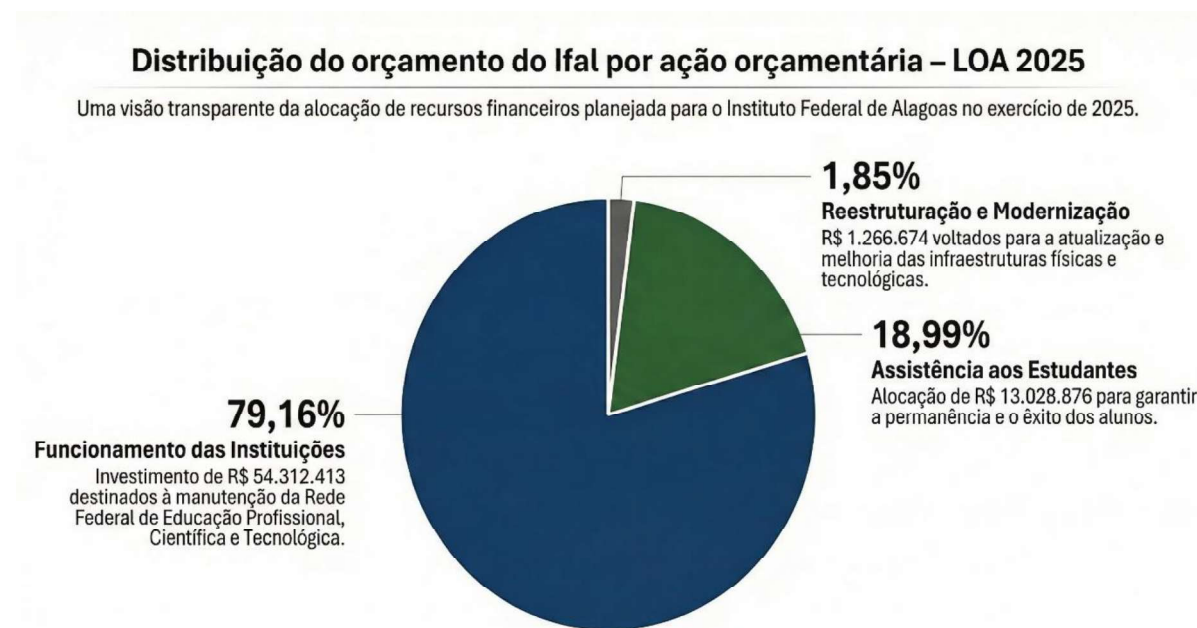
A proposta orçamentária institucional é inicialmente apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Após o processo legislativo de análise e aprovação, a Lei Orçamentária Anual estabelece a dotação inicial autorizada para o exercício financeiro. No caso do Ifal, observa-se que houve ajustes entre os valores inicialmente previstos no PLOA e aqueles efetivamente autorizados na LOA, refletindo o processo de consolidação do orçamento federal.

Ação orçamentária	PLOA 2025 (R\$)	LOA 2025 (R\$)
Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	57.100.656,00	54.312.413,00
Assistência aos Estudantes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	13.704.967,00	13.028.876,00

Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	—	1.266.674,00
Total	70.805.623,00	68.607.963,00

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025 e Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025.

Para facilitar a compreensão da composição do orçamento institucional aprovado para 2025, recomenda-se a utilização de representação gráfica da distribuição das ações orçamentárias. Esse recurso permite visualizar de forma clara a predominância das despesas relacionadas ao funcionamento institucional, bem como a participação das ações de assistência estudantil e investimentos.



Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2025.

Além dos recursos consignados diretamente na Lei Orçamentária Anual, o orçamento institucional do Ifal pode ser ampliado ao longo do exercício por outras fontes de financiamento. Entre essas fontes destacam-se as descentralizações de créditos orçamentários realizadas por outros órgãos da administração pública federal, geralmente formalizadas por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), bem como recursos provenientes de emendas parlamentares e receitas próprias arrecadadas pela instituição.

Esses instrumentos ampliam a capacidade institucional de financiamento de projetos e ações estratégicas, permitindo a execução de iniciativas voltadas à melhoria da infraestrutura física, aquisição de equipamentos, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão e fortalecimento das políticas educacionais no âmbito da educação profissional, científica e tecnológica.

Fonte de recursos	Descrição
-------------------	-----------

Dotação orçamentária da LOA	Recursos consignados diretamente na Lei Orçamentária Anual para manutenção e funcionamento da instituição
Descentralizações de créditos (TED)	Recursos transferidos por outros órgãos federais para execução de projetos e ações específicas
Emendas parlamentares	Recursos destinados por parlamentares federais para financiamento de projetos institucionais
Receitas próprias	Recursos arrecadados pela instituição decorrentes de serviços, restituições e outras fontes previstas em lei

A composição das fontes de financiamento evidencia a predominância dos recursos oriundos da Lei Orçamentária Anual, complementados por mecanismos de descentralização e captação adicional, os quais contribuem para ampliar a capacidade de execução de ações institucionais.

A alocação dos recursos orçamentários no exercício de 2025 observa as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), refletindo as prioridades estratégicas da instituição, especialmente nas áreas de ensino, assistência estudantil e infraestrutura.

4.2 Execução orçamentária e financeira

A execução orçamentária e financeira do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) no exercício de 2025 ocorreu em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e com as normas de execução orçamentária aplicáveis à Administração Pública Federal. A gestão dos recursos foi realizada por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), assegurando o registro tempestivo das operações e a transparência das informações.

No exercício analisado, o Ifal registrou R\$ 599.921.285,95 em despesas empenhadas, das quais R\$ 569.455.573,39 foram liquidadas até o encerramento do exercício, o que representa 94,9% de liquidação das despesas empenhadas. Esse nível de execução demonstra elevado grau de implementação das ações institucionais previstas no planejamento orçamentário.

Categoria econômica	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)
Despesas Correntes	576.630.007,91	559.698.376,48
Pessoal e Encargos Sociais	455.177.219,00	453.717.999,61
Outras Despesas Correntes	121.452.788,91	105.980.376,87
Despesas de Capital	23.291.278,04	9.757.196,91
Investimentos	23.291.278,04	9.757.196,91
Total	599.921.285,95	569.455.573,39

Fonte: SIAFI – dados extraídos das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Ifal, 4º trimestre de 2025.

Execução da Despesa Orçamentária do Ifal – 2025

O Ifal gerencia suas finanças com foco na maximização de resultados e otimização do gasto público. Este panorama reflete o compromisso institucional com a transparência e a efetividade na aplicação dos créditos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).



A análise da composição da despesa evidencia a predominância das despesas correntes, especialmente aquelas relacionadas a pessoal e encargos sociais, que representam a maior parcela do orçamento executado. Essa característica reflete a natureza da instituição, intensiva em mão de obra e voltada à prestação de serviços educacionais.

Observa-se que a execução orçamentária do exercício mantém forte concentração em despesas obrigatórias, o que reduz a margem de discricionariedade para investimentos e expansão institucional. Ainda assim, a execução das despesas discricionárias evidencia capacidade institucional de priorização e adequação às demandas estratégicas, mesmo em cenário de restrição orçamentária.

Gestão dos restos a pagar

A gestão dos restos a pagar constitui aspecto relevante da execução financeira, uma vez que reflete a capacidade institucional de cumprimento das obrigações assumidas em exercícios anteriores.

Restos a pagar não processados – exercício de 2025

Situação	Valor (R\$)
Saldo inicial	43.419.518,17
Pagamentos realizados	28.405.003,10
Cancelamentos	2.559.632,40
Saldo final	12.454.882,67

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Ifal – 4º trimestre de 2025.

Restos a pagar processados – exercício de 2025

Situação	Valor (R\$)
Saldo inicial	41.795.178,99
Pagamentos realizados	41.693.102,68
Saldo final	20.876,25

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Ifal – 4º trimestre de 2025.

Os dados demonstram elevada capacidade de quitação de obrigações financeiras já reconhecidas, especialmente no que se refere aos restos a pagar processados, cujo saldo final apresenta valor residual.

De modo geral, os resultados indicam que o Ifal manteve alto nível de execução orçamentária e financeira em 2025, com adequada aplicação dos recursos públicos e significativa capacidade de cumprimento das obrigações assumidas.

A análise da execução orçamentária, embora fundamental, não é suficiente para aferir a qualidade do gasto público, sendo necessária a avaliação da eficiência na aplicação dos recursos, conforme apresentado no item a seguir.

As demonstrações contábeis do exercício de 2025 foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente aplicável ao setor público e encontram-se acompanhadas das respectivas notas explicativas e da Declaração do Contador, documentos que apresentam os critérios contábeis adotados, a base de elaboração das informações e os principais aspectos relacionados à conformidade contábil do Instituto Federal de Alagoas.

As notas explicativas e a Declaração do Contador estão disponíveis para consulta pública no sítio eletrônico institucional, por meio do seguinte endereço:

<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/administracao/contabilidade/notas-explicativas-4o-trimestre-de-2025.pdf>

A disponibilização desses documentos complementares reforça o compromisso institucional com a transparência, a confiabilidade das informações contábeis e a prestação de contas à sociedade.

4.3 Indicadores de Eficiência no Uso de Recursos

A avaliação da eficiência no uso de recursos públicos pelo Instituto Federal de Alagoas (Ifal), no exercício de 2025, fundamenta-se na análise integrada da execução orçamentária, da liquidação das despesas e da gestão de restos a pagar, considerando, para fins comparativos, os resultados obtidos no exercício de 2024.

A abordagem adotada busca evidenciar não apenas o volume de recursos executados, mas, sobretudo, a capacidade institucional de transformar o orçamento autorizado em entregas efetivas à sociedade, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal.

4.3.1 Eficiência Global da Execução Orçamentária (2025)

No exercício de 2025, o Ifal apresentou elevada capacidade de execução do orçamento, com taxa de liquidação de aproximadamente 95% das despesas empenhadas, evidenciando forte aderência entre planejamento e execução.

Indicador	Valor
Despesa empenhada total	R\$ 599.921.285,95
Despesa liquidada total	R\$ 569.455.573,39
Taxa de liquidação	94,9% (~95%)

Fonte: SIAFI – Notas Explicativas do 4º trimestre de 2025.

Esse resultado indica elevada eficiência na aplicação dos recursos, com baixo volume de despesas pendentes ao final do exercício e elevada capacidade de entrega institucional.

4.3.2 Eficiência na Gestão de Restos a Pagar (2025)

A análise da eficiência financeira também considera a capacidade de redução de passivos orçamentários, especialmente no que se refere aos restos a pagar.

No caso dos restos a pagar não processados (RPNP), observou-se o seguinte desempenho em 2025:

Execução de Restos a Pagar Não Processados (2025)

Indicador	Valor
RPNP inscritos/reinscritos	R\$ 43.419.518,17
Pagos/liquidados	R\$ 28.405.003,10
Cancelados	R\$ 2.559.632,40
Saldo a liquidar	R\$ 12.454.882,67
Taxa de execução	71,1%

Fonte: SIAFI – Notas Explicativas do 4º trimestre de 2025.

Já os restos a pagar processados (RPP) apresentaram desempenho significativamente superior:

Execução de Restos a Pagar Processados (2025)

Indicador	Valor
Inscritos/reinscritos	R\$ 41.795.178,99
Pagos	R\$ 41.693.102,68
Cancelados	R\$ 81.200,06
Saldo a pagar	R\$ 20.876,25
Taxa de execução	99,75%

Fonte: Tesouro Gerencial – Notas Explicativas do 4º trimestre de 2025.

Os dados evidenciam elevada eficiência na liquidação e pagamento de despesas já reconhecidas, com residual financeiro praticamente irrelevante.

4.3.3 Análise Comparativa com 2024

A comparação com o exercício anterior permite avaliar a evolução da eficiência institucional, especialmente no que se refere à gestão de passivos orçamentários.

Indicador	2024	2025	Variação
Execução de restos a pagar	85,12%	71,1%	-14,0 p.p.

Fonte: Relatório de Gestão 2024 e Notas Explicativas 2025.

Observa-se redução na taxa de execução dos restos a pagar não processados em 2025. Esse comportamento pode estar associado a fatores operacionais, como prazos de execução contratual, ampliação de investimentos ou características específicas do ciclo orçamentário.

Entretanto, essa redução não compromete a eficiência global da execução orçamentária, que se manteve em patamar elevado no exercício corrente.

4.3.4 Síntese da Eficiência no Uso de Recursos

A análise integrada dos indicadores permite identificar padrões relevantes na gestão orçamentária e financeira do Ifal.

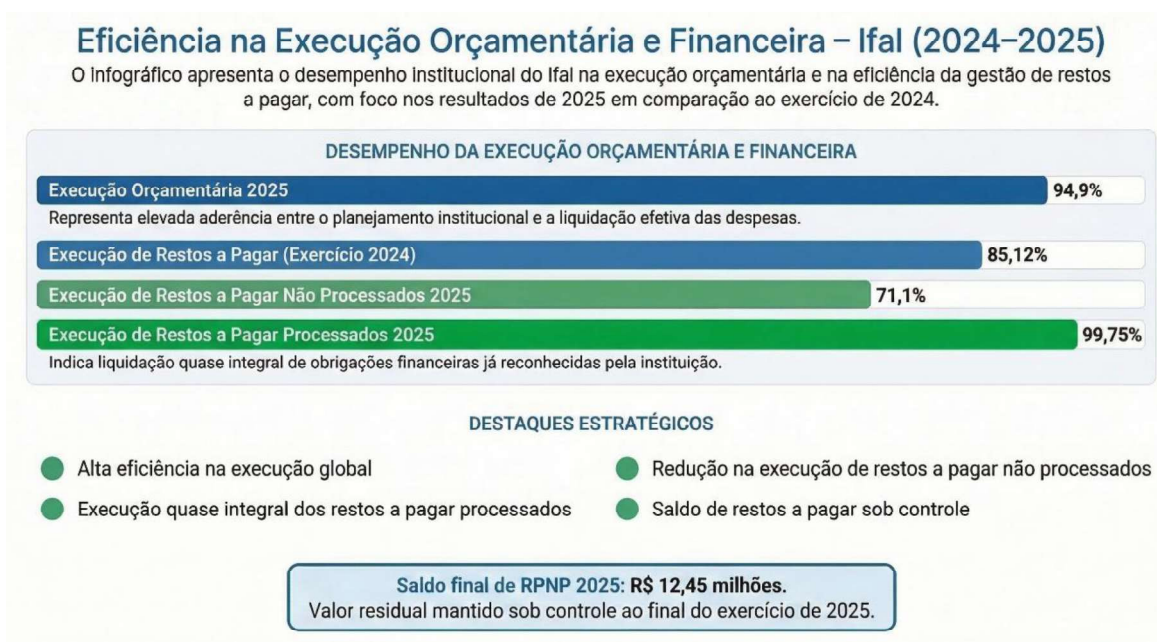
Síntese dos Indicadores de Eficiência (2024–2025)

Dimensão	Resultado	Avaliação
----------	-----------	-----------

Execução orçamentária global (2025)	94,9%	Elevada
Execução de RPP (2025)	99,75%	Muito elevada
Execução de RPNP (2025)	71,1%	Moderada
Execução de RP (2024)	85,12%	Elevada
Saldo final de RPNP (2025)	R\$ 12,45 mi	Controlado

Fonte: RIG 2024 e Notas Explicativas 2025.

A consolidação desses indicadores pode ser visualizada no infográfico a seguir, que sintetiza os principais níveis de eficiência da execução orçamentária e financeira do Ifal no período analisado.



4.3.5 Análise Integrada da Eficiência

A partir dos dados apresentados, verifica-se que o Ifal apresenta elevado nível de eficiência no uso de recursos públicos, caracterizado por:

- alta capacidade de execução orçamentária, com liquidação próxima da totalidade das despesas empenhadas;
- elevada eficiência na quitação de obrigações financeiras já reconhecidas (restos a pagar processados); e
- manutenção do controle sobre o volume de passivos financeiros;
- estabilidade na execução das despesas correntes, especialmente aquelas relacionadas a pessoal e encargos sociais.

A redução observada na execução de restos a pagar não processados em 2025 indica oportunidade de aprimoramento na gestão de contratos e no acompanhamento da execução física das despesas, sem, contudo, comprometer o desempenho global da instituição.

4.3.6 Conclusão

Os indicadores analisados demonstram que o Ifal mantém padrão consistente de eficiência na gestão orçamentária e financeira, com forte capacidade de execução, controle de passivos e aderência ao planejamento institucional.

O conjunto de evidências aponta para uma gestão madura e alinhada às boas práticas da administração pública, atendendo aos princípios da eficiência e da responsabilidade fiscal.

4.4 Convênios, Termos de Execução e Parcerias

Para além da execução dos recursos próprios analisados anteriormente, a atuação institucional do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) em 2025 também se apoiou em fontes externas de financiamento, operacionalizadas por meio de convênios, Termos de Execução Descentralizada (TED) e outras formas de parceria com órgãos e entidades públicas.

A execução de ações institucionais do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) em 2025 não se limitou aos recursos consignados na Lei Orçamentária Anual. Ao longo do exercício, a instituição contou com aportes adicionais oriundos de instrumentos de descentralização e de parcerias com outros órgãos e entidades públicas, com destaque para os Termos de Execução Descentralizada (TED), além de recursos provenientes de emendas parlamentares e de outras formas de cooperação institucional.

Esses instrumentos exerceram papel relevante no fortalecimento da capacidade operacional do Ifal, permitindo ampliar a execução de ações finalísticas, de infraestrutura e de qualificação profissional, bem como apoiar iniciativas de inclusão social, desenvolvimento regional, esporte estudantil e fortalecimento de comunidades tradicionais e da agricultura familiar.

4.4.1 Recursos recebidos por TED e instrumentos congêneres

Em 2025, o Ifal recebeu R\$ 15.479.903,06 por meio de TEDs e instrumentos similares, provenientes de diferentes órgãos da administração pública federal. Esses recursos foram destinados tanto a obras e melhorias de infraestrutura quanto à execução de programas educacionais, sociais e produtivos.

Concedente	Finalidade principal	Valor recebido (R\$)
SETEC/MEC	Obras e programas de qualificação, incluindo Rio Largo, Santana do Ipanema, Mulheres Mil, Energife e Pronatec Empreender	8.798.732,26
INCRA	Curso técnico em Agroindústria para público da reforma agrária	665.465,41
SENAEC	Fortalecimento da COOPMARIS	513.024,55
Ministério do Esporte	Jogos dos Institutos Federais e construção de quadra no Campus Satuba	1.811.924,90
MDA	Quintais Agroecológicos na Mata Alagoana	1.621.992,50
MMA / SNPCT	Dispensa de TED	150.000,00
FNDE	PNAE e ações de qualificação profissional	1.918.763,44
Total		15.479.903,06

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do Ifal, com base em relatório do Tesouro Gerencial extraído em 25 de fevereiro de 2026.

Observa-se concentração relevante dos recursos descentralizados no âmbito da SETEC/MEC, o que demonstra a centralidade desse órgão no financiamento de ações estruturantes da Rede Federal. Merecem destaque, nesse conjunto, os TEDs voltados à construção da sede do Campus Rio Largo, à etapa 2 da sede do Campus Santana do Ipanema e à construção do restaurante estudantil do Campus Palmeira dos Índios, todos diretamente relacionados à expansão e à melhoria da infraestrutura institucional.

Também se destacam os TEDs voltados a programas de qualificação e inclusão, como Mulheres Mil, Mulheres Mil Mais Cuidados, Energife 2025 e Pronatec Empreender 2025, evidenciando o uso de parcerias para ampliar a atuação social e formativa do Ifal para além da oferta regular de cursos.

A execução de recursos descentralizados amplia a capacidade institucional de investimento e desenvolvimento de projetos estratégicos. Contudo, esses recursos apresentam maior grau de incerteza, uma vez que dependem de decisões orçamentárias de outros órgãos da administração pública federal, o que pode impactar a previsibilidade do planejamento institucional.

Nesse contexto, a gestão desses instrumentos requer monitoramento contínuo, a fim de mitigar riscos associados à execução e assegurar a efetividade das ações financiadas.

4.4.2 Recursos enviados pelo Ifal a outras instituições

Além de atuar como unidade recebedora, o Ifal também figurou, em 2025, como unidade descentralizadora, transferindo recursos para outras instituições com o objetivo de viabilizar a execução de ações previstas em sua programação orçamentária. O montante descentralizado foi de R\$ 810.387,00.

Instituição recebedora	Objeto	Valor concedido (R\$)
UFS	Oferta de turmas de mestrado acadêmico em Administração	204.361,53
IFRN	Implementação do SUAP no Ifal	567.275,33
IFMA	Apoio aos Jogos dos Institutos Federais – Etapa Regional Nordeste	38.750,14
Total		810.387,00

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do Ifal, com base em relatório do Tesouro Gerencial extraído em 25 de fevereiro de 2026.

A descentralização ativa de créditos evidencia que o Ifal não apenas recebe recursos de cooperação, mas também articula parcerias operacionais com outras instituições públicas para viabilizar ações estratégicas. Nesse contexto, merecem destaque a cooperação com o IFRN, voltada à implementação do SUAP, e com a UFS, relacionada à oferta de formação em nível de mestrado, o que demonstra integração institucional com foco em modernização administrativa e qualificação.

4.4.3 Captação ampliada de recursos

A análise das fontes captadas em 2025 demonstra que o Ifal mobilizou recursos para além do orçamento ordinário, reunindo R\$ 35.806.925,06 em captação adicional, distribuídos entre receitas próprias, emendas parlamentares e convênios, acordos, TEDs e instrumentos

congêneres. Esse total supera o valor registrado em 2024, que foi de R\$ 31.704.610,48, representando crescimento de 12,94%.

Fonte	2024 (R\$)	2025 (R\$)
Receita própria	2.017.890,01	2.273.914,05
Emendas parlamentares	12.600.000,00	20.327.022,00
Convênios, acordos, TEDs e congêneres	17.086.720,48	15.479.903,06
Total	31.704.610,48	35.806.925,06

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do Ifal e Relatório de Gestão 2024.

Esse resultado demonstra esforço institucional de captação e diversificação de fontes, permitindo ampliar a capacidade de financiamento de ações prioritárias. Embora tenha havido redução no volume captado por convênios, acordos e TEDs em relação a 2024, o crescimento das emendas parlamentares e da receita própria compensou essa variação e elevou o total de recursos captados no exercício.

A redução na captação por convênios, acordos e TEDs pode estar associada a fatores como reprogramação de políticas públicas federais ou mudanças no ciclo de descentralização orçamentária, não configurando, isoladamente, perda de capacidade institucional de articulação.

4.4.4 Análise institucional

Os dados evidenciam que os instrumentos de descentralização e parceria tiveram papel estratégico no exercício de 2025. No contexto de restrições orçamentárias e de postergação na liberação de limites de execução, tais instrumentos contribuíram para:

- o fortalecimento da infraestrutura física e tecnológica;
- a ampliação de ações de permanência, formação profissional e inclusão social;
- o apoio a projetos de desenvolvimento regional e economia solidária; e
- a modernização administrativa e a cooperação com outras instituições públicas.

A atuação do Ifal nesse campo revela capacidade institucional de articulação federativa e de mobilização de recursos externos ao orçamento ordinário, o que reforça a sustentabilidade das ações finalísticas e amplia o alcance social da instituição.

Sob a perspectiva da eficiência, os recursos descentralizados contribuíram para ampliar a execução de ações institucionais sem pressionar integralmente o orçamento próprio, permitindo maior alcance de resultados com diversificação de fontes de financiamento.

Observa-se, contudo, concentração relevante dos recursos descentralizados em fontes específicas, especialmente no âmbito da SETEC/MEC e das emendas parlamentares. Essa característica, embora amplie a capacidade de execução no curto prazo, pode indicar dependência de fontes não estruturais, o que reforça a importância de estratégias institucionais voltadas à previsibilidade e estabilidade do financiamento.

4.4.5 Conclusão

Em 2025, os convênios, TEDs e demais instrumentos de parceria representaram importante complemento ao financiamento das ações do Ifal. Os recursos recebidos e descentralizados demonstram uso ativo de mecanismos de cooperação institucional, com aplicação em

infraestrutura, qualificação profissional, permanência estudantil, desenvolvimento regional e modernização da gestão.

O conjunto desses instrumentos reforça a capacidade do Ifal de ampliar sua atuação mesmo em cenário orçamentário restritivo, contribuindo para a continuidade das atividades institucionais e para a expansão de seus resultados sociais e educacionais.

Os recursos executados, tanto aqueles provenientes do orçamento próprio quanto os descentralizados, materializam-se em ativos institucionais, cuja adequada gestão patrimonial constitui elemento essencial para a sustentabilidade das ações desenvolvidas.

4.5 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura Física

A gestão patrimonial e da infraestrutura física do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) em 2025 envolveu o acompanhamento dos bens móveis, imóveis e intangíveis da instituição, bem como o registro e monitoramento de obras em andamento e dos principais desafios relacionados ao controle patrimonial. As informações desta seção têm como base as Notas Explicativas do 4º trimestre de 2025 e refletem a situação patrimonial consolidada da instituição ao final do exercício. Os recursos executados, tanto aqueles provenientes do orçamento próprio quanto os descentralizados, materializam-se em ativos institucionais, cuja adequada gestão patrimonial constitui elemento essencial para a sustentabilidade das ações desenvolvidas.

4.5.1 Composição geral do imobilizado

O imobilizado do Ifal representa 91% do total do ativo, sendo composto por 22% de bens móveis e 69% de bens imóveis. Em 2025, os bens móveis totalizaram R\$ 161.228.578,56, enquanto os bens imóveis alcançaram R\$ 503.842.905,78. Somados, esses valores evidenciam a dimensão patrimonial da instituição e a relevância da gestão desses ativos para a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas.

A composição do imobilizado reflete a estrutura patrimonial necessária à execução das atividades institucionais, evidenciando o nível de investimento acumulado em infraestrutura física e tecnológica.

Composição do imobilizado do Ifal em 2025

Grupo patrimonial	Valor em 2025 (R\$)
Bens móveis	161.228.578,56
Bens imóveis	503.842.905,78
Total do imobilizado	665.071.484,34

Fonte: Notas Explicativas do Balanço Patrimonial – 4º trimestre de 2025.

Os dados demonstram que a maior parcela do patrimônio institucional está concentrada em bens imóveis, o que é coerente com a estrutura multicampi do Ifal e com a necessidade de manutenção de edificações, instalações, áreas educacionais e obras em andamento.

4.5.2 Bens móveis

No quarto trimestre de 2025, o saldo de bens móveis, após a depreciação registrada, foi de R\$ 161.228.578,56, superior ao valor de 2024, que foi de R\$ 153.816.313,04. Entre os grupos mais representativos destacam-se máquinas, aparelhos e equipamentos, bens de informática e móveis e utensílios.

Principais grupos de bens móveis do Ifal

Grupo	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	49.103.253,82	48.019.121,25
Bens de informática	34.705.949,89	30.595.134,67
Móveis e utensílios	34.279.661,55	33.028.551,34
Veículos	15.498.559,82	14.471.954,76
Material cultural e educacional	9.086.465,73	8.710.945,31
Demais bens móveis	18.806.162,84	19.138.828,42
Total	161.228.578,56	153.816.313,04

Fonte: SIAFI – Notas Explicativas do Balanço Patrimonial – 4º trimestre de 2025.

O crescimento mais expressivo ocorreu em bens de informática, com variação de 13,44%, associado, segundo as notas explicativas, à aquisição de novos computadores para laboratórios. Esse movimento revela esforço institucional de modernização tecnológica e reforço das condições de ensino e apoio acadêmico.

4.5.3 Limitações do controle patrimonial

Apesar da evolução quantitativa do patrimônio mobiliário, as Notas Explicativas registram limitações relevantes na fidedignidade dos valores apresentados. O Ifal informa que ainda não está efetuando a depreciação dos bens móveis, em razão da não conclusão do inventário patrimonial, e que os valores do Balanço Patrimonial não refletem integralmente a realidade, em razão da ausência de reavaliação, redução ao valor recuperável e inventário completo das unidades, com exceção da Reitoria e do Campus Viçosa.

Também consta que, no grupo “Demais bens móveis”, há R\$ 12.488.808,78 referentes a bens não localizados no inventário finalizado em 2023 e atualizado até o quarto trimestre de 2025, na Reitoria. Além disso, a implantação do SIADS permanece suspensa por decisão gerencial, diante de inconsistências e instabilidades relatadas por outros órgãos.

Esses elementos devem ser tratados como ponto de atenção da gestão, pois afetam a precisão das demonstrações patrimoniais e indicam necessidade de fortalecimento dos controles internos patrimoniais. Essas limitações configuram risco moderado à confiabilidade das informações patrimoniais, especialmente no que se refere à mensuração e à evidenciação contábil dos ativos. A decisão de suspensão da implantação do SIADS, embora fundamentada em problemas relatados por outros órgãos, evidencia postura cautelosa da gestão, porém também prolonga a dependência de sistemas alternativos e limita avanços na modernização do controle patrimonial.

4.5.4 Bens imóveis

Os bens imóveis do Ifal totalizaram R\$ 503.842.905,78 em 2025, frente a R\$ 500.411.899,31 em 2024. A maior parcela corresponde aos bens de uso especial registrados no SPIUnet, que representam 93% do total de imóveis. Também se destacam os bens imóveis em andamento, no valor de R\$ 30.734.070,35, e as instalações, com R\$ 7.283.607,49.

Tabela 11 – Composição dos bens imóveis do Ifal

Grupo	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Bens de uso especial registrados no SPIUnet	466.496.751,44	466.496.751,44
Bens imóveis em andamento	30.734.070,35	28.834.852,00
Instalações	7.283.607,49	5.565.861,15
Depreciação	-671.523,50	-485.565,28
Total	503.842.905,78	500.411.899,31

Fonte: SIAFI – Notas Explicativas do Balanço Patrimonial – 4º trimestre de 2025.

O incremento dos bens em andamento e das instalações sinaliza continuidade dos investimentos em infraestrutura, mesmo em cenário de restrição orçamentária.

4.5.5 Obras em andamento

Em 2025, o Ifal registrou R\$ 30.734.070,35 em bens imóveis em andamento, vinculados a obras e intervenções físicas em diferentes unidades. As maiores obras concentram-se na Reitoria, especialmente na construção dos campi Batalha e Rio Largo, além da complementação do campus Santana do Ipanema. Também constam intervenções no Campus Palmeira dos Índios e a construção de ginásio poliesportivo no Campus Satuba.

Principais obras em andamento em 2025

Unidade	Obra	Valor (R\$)
Reitoria	Construção do Campus Batalha	15.138.221,16
Reitoria	Construção do Campus Rio Largo	14.056.366,03
Reitoria	Complementação do Campus Santana do Ipanema	1.173.899,72
Campus Satuba	Construção de ginásio poliesportivo	206.830,01
Campus Palmeira dos Índios	Recuperação de cobertas	74.012,18
Campus Palmeira dos Índios	Reforma dos vestiários	84.741,25
Total		30.734.070,35

Fonte: SIAFI – Notas Explicativas do Balanço Patrimonial – 4º trimestre de 2025.

Essas obras dialogam diretamente com as informações do item 4.4, especialmente no que se refere ao uso de recursos descentralizados para expansão e reestruturação da infraestrutura institucional, reforçando a articulação entre gestão financeira e gestão patrimonial. A concentração dos investimentos em obras estruturantes indica priorização da expansão institucional, especialmente em novos campi. Contudo, a efetividade desses investimentos depende da aderência entre execução física e financeira, aspecto que deve ser continuamente monitorado pela gestão.

4.5.6 Ativos intangíveis

O Ifal também registra ativos intangíveis relacionados a softwares, totalizando R\$ 1.291.753,07, dos quais R\$ 437.544,52 correspondem a softwares com vida útil definida e R\$ 854.208,55 a softwares com vida útil indefinida. As Notas Explicativas informam, contudo, que a instituição ainda não está efetuando a amortização dos softwares com vida útil definida, devido a limitações do sistema.

Embora não componham o imobilizado físico, esses ativos são relevantes para o funcionamento institucional e para a modernização administrativa e tecnológica da rede.

4.5.7 Análise institucional

Os dados patrimoniais demonstram que o Ifal dispõe de base patrimonial expressiva, compatível com sua estrutura multicampi e com a complexidade de suas atividades finalísticas. O crescimento dos bens de informática, a manutenção de elevados valores em bens imóveis e a continuidade das obras em andamento revelam movimento institucional de modernização e expansão.

Por outro lado, as restrições apontadas nas Notas Explicativas quanto ao inventário, à depreciação, à reavaliação patrimonial e à implantação do SIADS indicam que a gestão patrimonial ainda enfrenta desafios relevantes. Esses aspectos não anulam os avanços observados, mas evidenciam a necessidade de aperfeiçoamento dos controles e da governança patrimonial.

A análise integrada dos dados patrimoniais evidencia que o Ifal mantém trajetória de expansão e consolidação de sua infraestrutura, com investimentos direcionados à ampliação da capacidade instalada e à melhoria das condições de funcionamento das unidades.

Sob a ótica da eficiência, a adequada gestão do patrimônio é condição essencial para assegurar que os recursos investidos em infraestrutura se traduzam em capacidade operacional efetiva, impactando diretamente a qualidade da oferta educacional.

4.5.8 Conclusão

Em 2025, a gestão patrimonial e de infraestrutura física do Ifal refletiu simultaneamente dois movimentos: de um lado, a preservação e expansão de uma base patrimonial robusta, com destaque para obras em andamento e investimentos em tecnologia; de outro, a persistência de fragilidades nos controles patrimoniais, especialmente quanto ao inventário e à mensuração mais fidedigna dos bens móveis.

O cenário indica que a instituição avançou na consolidação de sua infraestrutura, mas ainda demanda esforços adicionais para aperfeiçoar os mecanismos de controle, registro e avaliação patrimonial, fortalecendo a confiabilidade das informações e a qualidade da prestação de contas, bem como o planejamento e o controle patrimonial de longo prazo.